



CABO VERDE NO CAMINHO SEGURO

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2021

PLATAFORMA ELEITORAL 2021-2026



MpD



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO MpD

Encontramos o país em situação de crise económica e social, governamos no contexto mais difícil que um Governo teve em tempos de democracia, com três anos consecutivos de seca severa e vamos no segundo ano de pandemia da COVID 19, mas recuperamos o crescimento a economia, entramos em consolidação orçamental com a redução do rácio dívida pública/PIB, reduzimos o desemprego e a exclusão dos jovens e aprofundamos o desenvolvimento social.

Enfrentamos a pandemia com lucidez e estamos a preservar os sistemas, a não permitir a estagnação prolongada do essencial da atividade produtiva e a proteger a rede de relações entre trabalhadores e empregadores, produtores e consumidores, fornecedores e clientes e entre credores e devedores.

Alinhamo-nos com as melhores praticas internacionais, protegemos a saúde e salvamos vidas, protegemos empresas, empregos e rendimentos, trabalhadores informais e famílias, ao mesmo tempo adotamos progressivamente medidas de emergência económica e para a recuperação das empresas. Sairemos desta pandemia num novo normal, com a vacinação de todos os cabo-verdianos e a retoma e aceleração do crescimento económico.

Caros concidadãos

Levantamos a nossa ambição assumimos o compromisso maior de garantir a segurança total a todos os cabo-verdianos e queremos nesta década fazer de Cabo Verde uma democracia consolidada e moderna, inclusiva, uma nação azul, digitalizada, emergente e resiliente, uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio integrada na CEDEAO com pleno emprego e prosperidade compartilhada, um País útil ao mundo e referência de orgulho para todos.

Assumimos este percurso transformacional fazendo da emergência sanitária, económica e social o centro das prioridades, centrando a atenção nos desafios que determinam a continuação do percurso para o desenvolvimento sustentável, apostando nos aceleradores do desenvolvimento para a diversificação da economia e a resiliência, ou seja, em programas que impulsionam a mudança e aceleram o progresso e assumimos em pleno os objetivos estratégicos da década 2020.

Assumimos este percurso transformacional: pela diversificação da economia cabo-verdiana, como via para a resiliência económica: pela retoma do turismo e do crescimento económico, ou seja, pela construção do turismo sustentável; pelo desenvolvimento da economia azul, ou seja, a afirmação de Cabo Verde enquanto nação marítima, através de uma estratégia de transformação do País numa plataforma marítima e logística internacional e num país globalmente inserido na economia regional e mundial.

Assumimos este percurso transformacional: pelo desenvolvimento da economia digital para fazer de Cabo Verde uma economia transformada e digitalizada, um *hub* regional das telecomunicações, um centro regional da inovação, do empreendedorismo e da excelência e um mercado regional de referência da economia digital; pela transformação da agricultura ciente de que o mercado da agricultura cabo-verdiana pode chegar rapidamente a 1,5 milhões de consumidores, dos quais cerca de 1 milhão com elevado poder de compra e que a agricultura apresenta algum potencial de crescimento, aumentando significativamente a produção, a produtividade e o respetivo valor acrescentado; pelo desenvolvimento da indústria e do comércio para aumentar a capacidade exportadora, tirando proveito de acordos internacionais relevantes para as exportações como o AGOA, o mercado da CEDEAO e a Zona de Livre Comércio em África.

Assumimos este percurso transformacional desenvolvendo o capital humano para acelerar o desenvolvimento sustentável ou seja: aproveitar o bónus e preparando-se para o ónus demográfico; pela educação e formação profissional de excelência; promovendo o emprego digno e combatendo a exclusão dos jovens; pela generalização da proteção social; garantindo a saúde de qualidade para todos, criando valor para a economia; construindo uma justiça efetiva, preventiva, célere, acessível, imparcial e transparente; promovendo um ambiente securitário para o pleno desenvolvimento e prosperidade dos cidadãos; aprofundando a igualdade de género e capitalizando as contribuições de mulheres e homens para o desenvolvimento sustentável; desenvolvendo o desporto para o nosso orgulho, riqueza e grandeza; realizando a transição do sector cultural e criativo para uma economia moderna e sustentável e conferindo à juventude todas as oportunidades para ganhar o presente e o futuro.

Assumimos este percurso transformacional garantindo um contexto favorável ao desenvolvimento sustentável ou seja: melhorando o ambiente de negócios e promovendo o desenvolvimento empresarial e do setor privado; retomando o percurso e garantindo a consolidação orçamental; com a aceleração da transição energética e a descarbonização da economia de Cabo Verde; pelo desenvolvimento dos transportes aéreos para reforçar a conectividade interna e internacional; garantindo água e saneamento para todos; apostando na investigação para o desenvolvimento sustentável; desenvolvendo a economia social e solidária; realizando a integração regional; tornando Cabo Verde num país resiliente e preservando a biodiversidade, a geodiversidade e a qualidade ambiental.

Assumimos este percurso transformacional garantindo a gestão do território, o desenvolvimento urbano, a infraestruturização para o desenvolvimento e a habitação ou seja; com uma gestão sustentável do território e o desenvolvimento urbano; promovendo o planeamento do desenvolvimento dos sistemas urbanos e a gestão das cidades; garantindo a infraestruturização para o desenvolvimento sustentável e uma nova política da habitação.

Assumimos este percurso transformacional priorizando a reforma do Estado e a consolidação da democracia: pela descentralização, o desenvolvimento regional e con-

vergência; pela reforma da administração pública; realizando um novo paradigma da diplomacia e mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável; com a diáspora cabo-verdiana sempre no centro das políticas públicas.

Assumimos este percurso transformacional aprofundando a transparência, a boa governação e ciente de que a credibilidade externa é um dos maiores ativos de Cabo Verde e é sobretudo o resultado do percurso democrático, da transparência e da boa governação.

Vamos realizar com sucesso este percurso qualificando ainda mais a colaboração entre os Órgãos de Soberania e aprimorando a parceria entre o Governo, os Municípios, o Sector Privado, as confissões religiosas, a diáspora, a academia, as Organizações da Sociedade Civil e socioprofissionais e os parceiros internacionais como mecanismo essencial para a viabilização de projetos transformadores e em suma para o desenvolvimento sustentável, ou seja, assumindo a parceria como elemento determinante do contexto para impulsionar mudanças e acelerar o progresso.

A presente Plataforma Eleitoral é a nossa agenda de compromissos, alinhada com a nossa ambição e com as orientações estratégicas para o desenvolvimento sustentável. É a nossa plataforma de diálogo com os cabo-verdianos residentes e da diáspora, em suma com os eleitores, mas também referência essencial do programa do Governo da Xª Legislatura que será operacionalizado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 e assim cumprimos juntos o segundo ciclo para o desenvolvimento sustentável destas ilhas atlânticas.

José Ulisses de Pina Correia e Silva

Presidente do MpD



I.

BALANÇO DA GOVERNAÇÃO

1.1. Balanço Macroeconómico da Governação

As reformas efetuadas, bem como a melhoria da conjuntura externa, particularmente na Área do Euro, afetaram positivamente os indicadores de clima económico e confiança das famílias cabo-verdianas.

Crescemos em média 4,7%, entre 2016 a 2019, cerca de três vezes maior que o crescimento registado no período precedente, ou seja, Cabo Verde registou a segunda melhor taxa de crescimento do PIB entre os Pequenos Estados Insulares, superada apenas pelas Ilhas Antígua e Barbuda, com inflação estável não superior aos 1,3%. Mas em 2020 Cabo Verde como os restantes SIDS enfrentaram uma dura recessão devido ao impacto da pandemia da Covid-19, refletindo particularmente no setor do turismo.

O setor da construção destaca-se no impulso ao crescimento do PIB, em especial devido aos grandes investimentos hoteleiros nas Ilhas do Sal, Boavista, Santiago e São Vicente, como a forte expansão do investimento privado nacional enquanto que o setor primário - e em especial a agricultura, contribuiu negativamente na geração de riqueza, ou seja, destruiu valor, devido as secas consecutivas entre 2016 e 2019.

Cabo Verde está a ganhar o mercado internacional, as exportações lideram o contributo para a riqueza nacional (de 3,7 p.p.) seguido do consumo final e principalmente do consumo privado (2,8 p.p.) e dos investimentos (2,5 p.p.). Ganhamos em produtividade, pois o desempenho do consumo privado está relacionado com o aumento da produtividade do trabalho, bem como as políticas ativas do Governo para aumentar o rendimento disponível das famílias quando melhorou a confiança na economia, e as condições de acesso ao financiamento, o que explica o desempenho positivo dos investimentos e principalmente dos investidores nacionais,

Em termos estruturais, a economia nacional convergiu para o nível potencial, fato que não ocorria desde 2009 com a crise financeira internacional. Em 2019 o PIB efetivo esteve próximo do potencial, refletindo o contributo **favorável da Produtividade Total dos Fatores** (PTF), que vem ocorrendo desde 2016, teve impactos positivos sobre o produto potencial. Entretanto, a crise provocada pela pandemia da COVID-19, afetando a mobilidade e o mercado de trabalho, reduziu severamente a

tendência de crescimento da PTF, pese embora as reformas implementadas, sendo o único ano dessa legislatura em que o contributo foi negativo.

A produtividade do trabalho cresceu 2,8%, entre 2016 e 2019 cresceu em média passando de 610,4 mil CVE para 701,3 mil CVE por trabalhador. Mas mantém-se o desafio do reforço da capacitação da mão de obra e da operacionalização plena da conectividade de transportes e do digital, além do reforço da concorrência levando a uma modernização por parte das empresas. Reduziu-se o desemprego, passando de 15,0% em 2016 a 11,3% em 2019, menor valor desde 2010 devido em especial à geração de 11.859 empregos líquidos, especialmente no setor terciário (+17.243 empregos líquidos) enquanto que no setor primário, foram destruídos 15.618 postos de trabalho, devido aos sucessivos anos de seca, com impacto nos ramos da agricultura e pesca tendo esta última destruído cerca de 14.900 empregos, enquanto que o setor secundário gerou 9.892 emprego líquidos, ou seja cerca de 83,4% dos empregos líquidos gerados, nomeadamente na indústria ligeira (2.514 empregos líquidos). Reduziu-se consideravelmente o desemprego jovem de 41,0% em 2016, para 24,9% 2019, devido sobretudo as medidas públicas direcionados ao emprego jovem, nomeadamente o programa «Start Up Jovem», a massificação dos estágios profissionais e da formação profissional. Durante esse período, a cobertura da segurança social manteve uma trajetória de crescimento, aumentando de 39,6% da população em 2016 para 45,7% da população total isto porque de 39,8% em 2016, a proporção da população ocupada coberta pela segurança social do regime contributivo atingiu 51,0% em 2019, refletindo o aumento da base contributiva e o aumento do emprego digno no país, consequência da dinâmica do crescimento do produto nesse período.

As contas externas do país ficaram fortalecidas no período 2016-2019 pois o défice da balança corrente manteve uma trajetória decrescente, passando de 3,8% do PIB em 2016 para 0,2% do PIB em 2019 e o crescimento medio anual das exportações de bens e serviços em de 11,1% contribuiu para este resultado. Com efeito os serviços de transportes aéreos apresentaram um crescimento médio de 154,7%, dada a dinâmica do *hub* da Ilha do Sal e as viagens de turismo cresceram em média 8,9%, devido ao aumento do número de turistas de 569.387 em 2015 para 819.308 em 2019. As importações de bens e serviços cresceram em média 9,2%, derivado do crescimento do consumo privado, dos investimentos e dos serviços de turismo. As remessas dos emigrantes, por sua vez, tiveram um crescimento médio de 3,6%, provenientes maioritariamente de Portugal (28,7%), França (23,3%) e Estados Unidos (20,7%) e, direcionados sobretudo para os concelhos da Praia (36,9%), São Vicente (25,6%), Santa Catarina de Santiago (17,7%) e Tarrafal de Santiago (11,8%). É de realçar que este crescimento foi mais intenso nas áreas rurais (6,6%), quando comparada com as recebidas nas áreas urbanas (0,8%).

As Finanças Públicas, mantiveram uma trajetória de consolidação. O défice global permaneceu sempre abaixo dos 3,0% do PIB, atingindo o valor mínimo de 1,8% do PIB em 2019 (-3.583,3 milhões de CVE), refletindo a performance das receitas totais (crescimento médio de 7,8%), das despesas totais (crescimento médio de 6,8%) e dos ativos não-financeiros (crescimento médio de 4,2%). As dinâmicas dos impostos, no período, espelham as reformas feitas na Administração Fiscal, bem como o alargamento da base tributária, devido a dinâmica económica no período e do encontro de contas. Já, a performance das despesas deve-se, em boa medida: à resolução das pendências da progressão e promoção do pessoal (PCCS); ao aumento dos benefícios sociais, dado o aumento do valor da pensão social e do número dos beneficiários, bem como à adesão dos vários funcionários públicos

ao regime de reforma antecipada e; às transferências, relacionadas principalmente com a política de descentralização dos recursos financeiros entre a administração central e administração local.

Em relação ao stock da dívida pública, excluindo os TCMF, tem-se que este diminuiu de 127,8% do PIB (211.923,9 milhões de CVE) em 2016 para 124,2% do PIB (242.349,1 milhões de CVE), menos 3,7 p.p. no período. Contudo, com o impacto da COVID-19 o rácio da dívida pública poderá atingir cerca de 151,2% do PIB, refletindo o aumento do financiamento para fazer face à forte queda das receitas e da necessidade de despesas para o combate a pandemia, para além das despesas fixas e obrigatórias. Vale ressaltar que o stock da dívida pública externa ao longo o período apresenta um nível de concessionalidade de 96%, apontado como indicador de sustentabilidade.

No setor monetário, segundo o Banco de Cabo Verde, a massa monetária cresceu em média 6,2%, maioritariamente, devido as disponibilidades líquidas do país em relação ao exterior (crescimento médio de 9,8%), reflexo do desempenho das contas externas. O crédito à economia cresceu em média 4,4%, representando 60,6% do PIB, tendo o crédito ao setor privado crescido em média 4,0%, em resultado do aumento da confiança por parte da banca e da maior procura por parte das famílias e das empresas. Os empréstimos no âmbito do «Ecosistema de Financiamento da Economia» têm tido uma trajetória favorável e assim, entre 2018 e 2019, o crédito aprovado às micro e pequenas empresas atingiu o montante de 1.163,1 milhões de escudos, sendo a maioria canalizada para investimentos e a uma taxa de juros inferior a praticada pelo mercado. As reservas internacionais líquidas cresceram em média 10,6%, garantindo 6,1 meses de importações no período, acima do *threshold* mínimo, e assegurando o cumprimento do acordo de cooperação cambial.

1.2. Cumprimos com Cabo Verde

Governamos em contexto difícil, ou seja, encontramos o país em situação de crise económica e social, atravessamos três consecutivos de seca severa e vamos no segundo ano de pandemia da COVID 19.

É o contexto mais difícil que um Governo teve em tempos de democracia, mas recuperamos a economia que em 2016 estava em estagnação, com elevada dívida, elevada taxa de desemprego e com 68 mil jovens sem emprego, da educação ou da formação (NEET).

Nesse contexto difícil crescemos em média 4,7%, entre 2016 a 2019 e concluímos o primeiro trimestre de 2020 a crescer cerca de 5,9% ou seja, Cabo Verde registou a segunda melhor taxa de crescimento do PIB entre os Pequenos Estados Insulares, com inflação estável não superior aos 1,3%. A até 2019 26.000 empregos no setor não agrícola; reduzimos a dívida publica de 125,8% em 2015 para 124,7% em 2019. Atingimos 819 mil turistas em 2019, a caminho de atingir a meta de um milhão de turistas em 2021. Protegemos os agricultores, os criadores de animais e as famílias rurais atingidos pela seca através de emprego público, mobilização da água e ração para gado.

Com as medidas tomadas, impedimos o colapso económico e social no mundo rural e tornamos a agricultura mais resiliente, com mais água e energia renovável.

Alinhamo-nos com as melhores praticas internacionais, protegemos a saúde e salvamos vidas, protegemos empregos, empresas, rendimentos, trabalhadores informais e famílias, e

impedimos com o lay off simplificado, que mais de 18.000 trabalhadores fossem para o desemprego; com as linhas de crédito bonificadas e garantidas e com as moratórias impedimos que muitas empresas fechassem as portas.

Adotamos medidas de apoio direto ao rendimento com o Rendimento Social de Inclusão e o Rendimento Solidário, subsidiamos preços de produtos agroalimentares (trigo, farinha de trigo e milho) que sofreram neste período de pandemia aumentos nos mercados internacionais; subsidiamos o perdão das dívidas de eletricidade e água para as famílias mais pobres que ficaram afetadas no rendimento durante a pandemia para poderem ter acesso à religação; baixamos o valor das rendas das casas da Classe A do Programa Casa para Todos para as famílias que perderam rendimentos; bonificamos em 100% as propinas dos jovens das famílias mais pobres para o acesso e frequência de cursos de formação profissional.

Neste contexto de 5 anos difíceis, investimos nas pessoas, ou seja, nos jovens através da educação, da formação profissional, dos estágios profissionais, do empreendedorismo, da inovação e emprego. Reduzimos em 10.500 o número de jovens fora do emprego da educação ou da formação (NEET) e criamos nos jovens um evidente espírito empreendedor nos jovens.

A educação é hoje mais acessível e mais inclusiva, graças à gratuidade no ensino básico e secundário, ao atendimento das necessidades especiais e ao reforço da ação social escolar.

Investimos na saúde dos cabo-verdianos com a construção e reabilitação de centros de saúde e postos sanitários; com hospitais e centros de saúde melhor equipados, com mais médicos e mais enfermeiros e reduzimos as assimetrias regionais nos serviços de saúde

Investimos no apoio e proteção social com o alargamento do Rendimento Social de Inclusão a quase todas as famílias pobres, aumentamos a pensão social dos idosos e criamos o sistema de cuidados quanto aumentamos consideravelmente o acesso a água e a eletricidade e reabilitamos casas de famílias pobres

Cumprimos no domínio da educação com o reforço do ensino pré-escolar a caminho da universalização, a gratuidade do ensino básico e secundário e o reforço da proteção social inclui ainda a isenção taxa moderadora de saúde.

Investimos na segurança, reduzimos os crimes contra pessoas, os homicídios e os crimes de VBG. O número de homicídios por 100.000 habitantes passou de 8,8 em 2015 para 6,4 em 2020.

Investimos em infraestruturas económicas e sociais ou seja cerca de 6 milhões de contos em estradas, 2 milhões de contos na requalificação urbana e ambiental, 503 mil contos na requalificação de orlas marítimas, 402 mil contos no restauro e reabilitação de patrimónios, quatro milhões de contos na reabilitação, expansão e modernização das redes de distribuição de eletricidade, 3,5 milhões de contos na construção de redes de ligações domiciliárias de água, na expansão e modernização do porto do Maio em fase de obras e as obras do Terminal de Cruzeiros do Mindelo estão em fase de adjudicação.

Nestes cinco anos de governação inauguramos uma nova era para o desenvolvimento local. Uma era de diálogo técnico e político entre o Governo e o Poder Local, de complementaridade e de subsidiariedade. Uma era de maior previsibilidade e assim de

compromissos com o bem-estar, com o presente e o futuro. Uma era de planeamento estratégico alinhado e balizado em padrões internacionais, ou seja, com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e sobretudo de muitas realizações e o desenvolvimento local ganhou uma outra centralidade

Investimos na agricultura com mais mobilização da água, a política de massificação da rega gota a gota e do uso das energias renováveis, a investigação agrária e o empreendedorismo agrário. Investimos na pesca artesanal, semi-industrial e industrial e na atração de investimentos privados, nacionais e estrangeiros, para a aquacultura.

O setor privado ganhou uma boa dinâmica de investimentos ou seja cerca de 1,8 mil milhões de euros de investimentos externos e nacionais aprovados pela Cabo Verde Trade Invest de 2016 a 2021

Reformas e recursos foram investidos na justiça para melhorar a eficiência da administração da justiça, a aceleração da tramitação processual e aumentar a produtividade dos magistrados e dos oficiais da justiça.

A diáspora está melhor servida nos consulados e na integração no novo conceito Cabo Verde de Sucesso. O novo acordo de facilitação de vistos com a União Europeia é um grande ganho diplomático de Cabo Verde, assim como o Acordo de Mobilidade na CPLP e a abertura das Embaixadas na Guiné-Bissau e junto da CEDEAO em Abuja, Nigéria.

A morna é património mundial da humanidade. Fogo e Maio são reservas mundiais da biosfera.

Cabo Verde lidera o ranking de Governança Pública na África Subsariana, ocupa a 1ª posição na região africana em matéria de Liberdades Civil e Política, a 2ª posição em matéria de boa governação e de qualidade de vida e a 3ª posição em matéria de democracia e cidadania e de transparência. Somos igualmente o 3º melhor País de Africa no Índice de Desenvolvimento Sustentável e no Desenvolvimento de Capital Humano, ocupamos a posição 126 do IDH, somos o 5º País mais livre economicamente em, integramos o Top 20 do *Doing Business* na região africana e somos o único país em África classificado com o nível «insignificante» de insegurança, o mais reduzido risco para a segurança das viagens de turistas. Cabo Verde ocupa a terceira posição do ranking de Perceção de Corrupção em África (Transparency International, 2019).

Assumimos a década 2030 como década de Cabo Verde, realizamos com sucesso, Cabo Verde Ambição 2030, mobilizando a sociedade Cabo-verdiana, a diáspora, o sector empresarial, a administração pública, a academia, a comunicação social, os parceiros de desenvolvimento, personalidades e instituições com interesse em Cabo Verde, conferimos elevada visibilidade, aprofundamos a notoriedade e a credibilidade do País, criamos condições para escolhas estratégicas, cimentamos compromissos de longo prazo para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde e produzimos a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde.

Levantamos a nossa ambição e queremos nesta década fazer de Cabo Verde uma democracia consolidada e moderna, inclusiva, uma nação azul, digitalizada, emergente e resiliente, uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio integrada na CEDEAO com pleno emprego e prosperidade compartilhada, um País útil ao mundo e referência de orgulho para todos.



II.

COMPROMISSO MAIOR

2.1. Garantir a segurança total e construir a prosperidade compartilhada

O Movimento para a Democracia assume em pleno o compromisso de fazer de Cabo Verde uma democracia consolidada e moderna, inclusiva, uma nação azul, digitalizada, emergente e resiliente, uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio integrada na CEDEAO com pleno emprego e prosperidade compartilhada, um País útil ao mundo e referência de orgulho para todos.

O Movimento para a Democracia está ciente de que a segurança é cada vez mais um valor crítico e assume o compromisso de garantir a segurança total, condição essencial para a prosperidade compartilhada e a felicidade de todos. Assume criar, na próxima legislatura, condições políticas para a construção progressiva da segurança total como um compacto de garantias ao cidadão em todos os ciclos de vida, ou seja, garantir a todos, segurança sanitária, económica, ambiental, jurídica, social, pública, habitacional e alimentar, mas também condições de redução de riscos e de impacto de desastres naturais e económicos.

Nesta linha o MpD assume o compromisso de garantir a todos o acesso a cuidados de saúde adequados ao respetivo ciclo de vida, a educação de excelência e especialmente aos jovens o acesso à formação profissional ou superior, para tirar proveito das oportunidades e ser produtivos. Reforça o compromisso de garantir a todos a possibilidade de viver em casa condigna, o acesso à cultura e ao desporto, à proteção contra qualquer tipo de exploração ou trabalho infantil e fundamentalmente a garantia de uma política de família que incentive a fundação e a estabilidade da família. Recentra o compromisso de garantir a todos, viver em ambiente salubre, com bom nível de saneamento, com baixos riscos de desastres ambientais e livre de ameaças à integridade física e da propriedade.

O MpD assume para a próxima legislatura, promover as condições para a diversificação da economia e o crescimento económico em pelo menos 5% ano, ciente de que garantir a segurança total e a prosperidade compartilhada requerem crescimento económico capaz de gerar riquezas e emprego e políticas públicas que promovam a

distribuição para a redução das desigualdades e a construção do bem-estar para todos.

O MpD está ciente das desigualdades sociais e das assimetrias regionais e reforça, para próxima legislatura, o compromisso com a descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência, para promover o potencial económico das ilhas, a discriminação positiva, reduzir as assimetrias regionais, condição essencial para a construção da prosperidade compartilhada.

Na linha da segurança total, o MpD assume para a próxima legislatura, criar condições para combater a tendência vincada de empobrecimento devido a pandemia da COVID-19, a erradicação da extrema pobreza até 2026, para a erradicação completa da pobreza absoluta em 2030, a efetiva universalização da pré-escolar até 2023, a vacinação a todas as crianças menores de 1 ano e a redução da mortalidade infantil ao nível dos países mais avançados do mundo, a erradicação do trabalho infantil e do analfabetismo. Nesta linha assume promover as condições para o emprego digno e em especial para os jovens e assim delinear o caminho para o pleno emprego e quase erradicação da exclusão dos jovens em 2030. Promoverá as condições a vacinação de todos os cabo-verdianos contra a Acovid-19, para melhorar a saúde reprodutiva dos adolescentes e inclusive o acesso generalizado à vacinação contra HPV, para reforçar os cuidados aos idosos e dependentes e a universalização da cobertura da segurança social do regime contributivo. Nesta mesma linha criará as condições para garantir a segurança externa, a redução de riscos de desastres naturais e económicos, reforçará os mecanismos internos de resiliência com o Fundo Soberano de Emergência e promoverá a ancoragem de CV em espaços económicos que garantam a nossa resiliência a choques da envergadura da pandemia da COVID-19.

2.2. Cabo Verde. Uma Economia de circulação localizada no Atlântico Médio - País Plataforma

Realizando o programa de governação do MpD, escolhemos com o PEDS 2017-2021 fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio, ou seja, um país plataforma. O MpD mantém e reforça o compromisso, não obstante o valor, os empregos, eventualmente as empresas e o tempo perdidos com pandemia da COVID-19.

O MpD está ciente de que fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio, só é possível com um sector privado forte, dinâmico e empreendedor e o aprofundamento da liderança deste, na produção de riqueza e na geração do emprego e distribuição de rendimento e por consequência na construção da prosperidade compartilhada.

Para transformar Cabo Verde num país plataforma, o MpD assume promover um novo paradigma da diplomacia e em especial promover a diplomacia económica para expandir o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e em especial conquistar e efetivar parcerias público-privadas capazes de conferir ao país, mercado, capital, conhecimento e tecnologia.

Nesta linha, o MpD promoverá as condições para o desenvolvimento do turismo sustentável como motor da economia, para a transição para e economia azul para trans-

formar Cabo Verde numa plataforma marítima e logística internacional, para o desenvolvimento da economia digital, ou seja, transformar Cabo Verde num hub regional das telecomunicações, num centro regional de inovação, de empreendedorismo e de excelência no mercado regional da economia digital. Promoverá a indústria e o comércio externo, transformando-o num sector industrial competitivo e inovador, integrado nas cadeias de valor regionais e globais e assim aproveitar as oportunidades no âmbito da CEDEAO e globalmente da Zona de Livre Comercio em África. O MPD promoverá as condições para desenvolver a plataforma internacional da saúde.



III.

EMERGÊNCIA ECONÓMICA E SOCIAL

3.1. Emergência económica

Para o Movimento para a Democracia, o contexto de emergência que a pandemia da COVID-19 criou exige um Estado forte, capaz de cumprir as suas funções, em contexto adverso e imprevisível, de liderar soluções e mobilizar os outros atores nacionais e internacionais.

Por isso mobilizamos a sociedade cabo-verdiana, o sector empresarial, as ONG's e os parceiros de desenvolvimento para o enfrentamento da pandemia, a recuperação, a estabilização e a aceleração do crescimento económico, necessários à preservação da saúde e da vida dos cabo-verdianos, à recuperação do valor, do bem-estar e do tempo perdidos com a pandemia da COVID-19 e à retomada da caminhada para o desenvolvimento sustentável. Sairemos desta pandemia num novo normal, com a vacinação de todos os cabo-verdianos e a retoma e aceleração do crescimento económico.

O Movimento para a Democracia está ciente de que o Estado de Cabo Verde deve ter a lucidez e a capacidade de preservar os sistemas e não deve permitir a estagnação prolongada do essencial da atividade produtiva e deve sim proteger a rede de relações entre trabalhadores e empregadores, produtores e consumidores, fornecedores e clientes e entre credores e devedores, para que os negócios possam ser retomados com celeridade no período pós- emergência sanitária

Por isso alinhamo-nos com as melhores praticas internacionais, na proteção das empresas, empregos e rendimentos e nas medidas de proteção social para os trabalhadores informais e famílias, ao mesmo tempo adotamos progressivamente medidas para a recuperação, estabilização e aceleração do crescimento económico.

O Movimento para a Democracia reconhece que o turismo tem capacidade para se recuperar e impulsionar diretamente a recuperação de outros setores e, - através de seu efeito multiplicador, para a recuperação da economia e a geração de empregos. O relançamento do turismo ocupa assim primeira linha de prioridades no OE 2021, ao lado da saúde e das medidas de proteção social.

Por isso, com a pandemia da COVID-19 a variável segurança sanitária vem juntar-se à

equação da política de turismo, obrigando a uma reformulação da nossa atuação. Para o efeito estamos a robustecer os atores do turismo com serviços de qualidade, seja adotando normas, protocolos e regras de segurança sanitária, seja qualificando os serviços do sistema de saúde para a retoma do turismo e garantir as condições para o efetivo retorno à normalidade em 2022.

Para o Movimento para a Democracia a emergência económica é um imperativo e por isso criará as condições para se manter a agenda de recuperação económica e social destinada à retoma da atividade empresarial, ou seja, o pacote de medidas extraordinárias para apoiar a retoma e o relançamento dos negócios das empresas, com especial foco nos setores mais afetados pela pandemia para que possam sobreviver e serem beneficiários de suporte técnico e financeiro na entrada nova normalidade.

O pacote de medidas compreende a continuação das Medidas emergenciais para aumentar a liquidez das empresas ou seja:

1. A liquidação imediata de faturas com entrada em funcionamento do Sistema Pay Log, continuando com a devolução do IVA;
2. A moratória e a negociação pagamentos de impostos e taxas, até 5 anos;
3. As moratórias de créditos, das empresas e dos particulares prorrogados até setembro 2021;
4. As Linhas de Financiamento para novos investimentos, com bonificação de juros que poderá ir até 100% e garantias até 80%;
5. A Linha de refinanciamento às Instituições de Micro Finanças, com bonificação juros até 100% e Garantias Pessoais do Estado até 80%, de modo a poderem conceder créditos às micro e pequenas empresas em condições muito favoráveis;
6. A Linha de Microfinanciamento, com bonificação juros até 100% e garantia da Pro-Garante até 80%
7. As Linhas de Garantias para permitir e facilitar que Grandes e Pequenas e Médias Empresas possam participar em contratos de obras e outras compras públicas;

O Movimento para a Democracia criará condições para a manutenção das medidas de apoio ao emprego e designadamente:

1. Suspensão do Contrato de Trabalho (Lay off) com prolongamento até junho de 2021;
2. Programas de estágios profissionais de 8 meses, podendo estender-se até 12 meses;
3. Programa de promoção do 1º emprego, com subsidio de pagamento parcial de salários dos trabalhadores.

O Movimento para a Democracia criará condições para a manutenção das medidas setoriais dirigidas:

1. Ao turismo com o programa Clean & Safe e qualificação/diversificação;
2. Aos transportes marítimos e pesca com créditos e subsídios;
3. À agricultura e água, designadamente o microcrédito e o combate às pragas;

4. À indústria, comércio e energia e em especial com o apoio ao sector industrial;
5. À cultura e indústrias criativas com incentivos e créditos;
6. À economia digital com a promoção do empreendedorismo digital.

3.2. Emergência social

Promover a inclusão

O Movimento para a Democracia está ciente de que a pandemia da COVID-19 está a ampliar as vulnerabilidades sociais existentes, com a destruição de milhares de empregos, da tendência vincada de aumento do empobrecimento da população e consequentemente das desigualdades de género e da pobreza das crianças, dos idosos e das pessoas com deficiência e sobretudo do elevado nível de pobreza juvenil que compromete a realização de parte do potencial de inovação e de impulso à mudança.

Assim para o Movimento para a Democracia a emergência económica e social deve ocupar o centro das prioridades de curto prazo e propõe, neste âmbito a implementação de um programa de inclusão, orientado para o empoderamento das famílias pobres, assumindo o compromisso da erradicação da extrema pobreza até 2026 e em geral para a erradicação da pobreza absoluta em 2030.

O MpD promoverá a orientação das prioridades orçamentais para que durante o período de recuperação económica e no quadro do Programa de Inclusão:

1. Seja consolidado o Cadastro Social Único como porta única de entrada para acesso a benefícios sociais públicos e plataforma de registo destes e de acompanhamento da evolução do nível de bem-estar das famílias pobres.
2. Seja reforçada a rede de segurança com o alargamento da cobertura da pensão social para abranger todos os idosos e pessoas com deficiência de famílias pobres não cobertos pelo regime contributivo.
3. Seja reforçada a ação social escolar para a universalização da pré-escolar até 2023 e pelo menos mantido os ganhos em matéria de redução do abandono escolar e em especial reforçado o financiamento das bolsas de estudo para jovens de famílias pobres que preencham os restantes requisitos de seleção.
4. O programa de inclusão tenha em devida conta o aumento da exposição das crianças à privação, à exclusão, à rua, à exploração e inclusive ao trabalho infantil e reforce as condições de intervenção do Estado, das autarquias locais e das Organizações da Sociedade Civil na garantia de direitos e na proteção das crianças e dos adolescentes.
5. A expansão do emprego temporário, em especial no meio rural, por forma a garantir rendimento às famílias pobres, designadamente no âmbito de programas públicos de requalificação urbana e acessibilidades de infraestruturacão rodoviária.
6. A manutenção do Rendimento Social de Inclusão a todos os Agregados Familiares na situação de extrema pobreza bem como os pobres com crianças menores de 15 anos.

7. A expansão do consumo digno de energia elétrica e da água
8. A efetivação da isenção das taxas moderadoras nas estruturas de saúde e melhoria do acesso aos medicamentos, com um pacote de estímulo à expansão e consolidação das mutualidades de saúde.
9. A implementação de um programa de segurança habitacional visando a requalificação das habitações degradadas de todas as famílias pobres, priorizando as na extrema pobreza e em situação de maior risco de colapso, programa esse que em si deverá ser gerador de oportunidades económicas para empresas de construção e do comércio e de emprego por um lado e por outro deverá ser amiga do ambiente e promotora da economia social solidaria com a plantação de árvores fruteiras em cada habitação requalificada.

O MpD promoverá a orientação das políticas públicas e das prioridades orçamentais para que durante o período de recuperação económica e no quadro do Programa de Inclusão seja promovido o empoderamento das famílias pobres.

10. Pela implementação de um programa de retoma e formalização das atividades económicas das mulheres e jovens do sector informal que perderam as suas atividades na decorrência da pandemia COVID 19.
11. Pela aceleração da transição da economia informal a formal, capaz de conter o empobrecimento dos operadores informais e relançar a atividades destes
12. Pela implementação, pelo INPS, de um programa de alargamento a grupos de difícil cobertura como dos agricultores, pescadores, artesãos, carpinteiros, marceneiros e mecânicos.
13. Pela garantia da formação profissional às expensas do Estado e inserção produtiva de todos os jovens NEET de famílias pobres
14. Pela mobilização os jovens de famílias pobres do meio rural para a agricultura e pecuária modernas, em moldes empresariais e virada para o mercado, com a facilitação do acesso à terra e outros meios de produção.
15. Pela mobilização os jovens de famílias pobres para a pesca semi-industrial e industrial, para atividades de agregação de valor e comercialização de peixe e carne, bem como para o turismo rural.



IV.

PROGRAMA PARA A LEGISLATURA

4.1. MpD e os desafios do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde

Ciente de que o desenvolvimento requer escolhas acertadas, na próxima legislatura o Movimento para a Democracia centrará a atenção nos desafios que determinam a continuação do percurso para o desenvolvimento sustentável, designadamente o desenvolvimento do capital humano, a saúde, o turismo sustentável, a resiliência e redução do custo dos fatores, a criação de cadeias de valor na agricultura, o emprego jovem, a economia azul, a diversificação da economia e a descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência.

4.2. Apostar nos aceleradores do desenvolvimento sustentável para a diversificação da economia e a resiliência

O Movimento para a Democracia está ciente de que, como concluíram as Nações Unidas, mesmo antes da pandemia da COVID-19, os progressos alcançados nos 4 primeiros anos são insuficientes para garantir o desenvolvimento sustentável e que é necessário aumentar a ambição. Nesta linha o MpD assume a década de ação e em especial os aceleradores dos ODS para impulsionar as mudanças e acelerar o progresso e em específico, desenvolver o capital humano, realizar o potencial da economia azul, aumentar o acesso às energias renováveis, desenvolver a economia digital e aumentar o valor acrescentado da indústria do turismo na economia real. O Movimento para a Democracia priorizará os aceleradores como mecanismo para promover a diversificação da economia cabo-verdiana.

Para concretizar os aceleradores do desenvolvimento sustentável, o Movimento para a Democracia promoverá políticas para desenvolver o capital humano, para realizar o potencial da economia azul, para o aumento do acesso às energias renováveis pela aceleração da transição energética. Aprofundará a aposta na economia digital para a competitividade e a diversificação da economia cabo-verdiana, a exportação de serviços quanto a geração de oportunidades de emprego de elevada especialidade para os jovens.

Na mesma linha, promoverá políticas que favorecem o aumento do valor acrescentado da indústria do turismo na economia real, designadamente pela criação de cadeias de valor competitivas e sustentáveis e a transformação da agricultura, mas também pela efetiva valorização da cultura e das indústrias criativas e melhor integração dos transportes.

O Movimento para a Democracia promoverá políticas que garantem um contexto propício ao funcionamento dos aceleradores, ou seja, para que Cabo Verde continue a ter um Estado forte, para o desenvolvimento da conectividade, a segurança, o financiamento do desenvolvimento e as parcerias.

Para tanto o MpD promoverá as condições para o reforço do planeamento do desenvolvimento a nível central e local e por essa via garantirá um quadro de priorização de operacionalização dos aceleradores do desenvolvimento sustentável, tendo os jovens e as mulheres como grupos alvos prioritários e apostando na redução das desigualdades e das assimetrias regionais para não deixar ninguém para trás.

4.3. Assumir os objetivos estratégicos da década 2020

O Movimento para a Democracia assume os objetivos estratégicos da década 2020 designadamente, recuperar, estabilizar, acelerar o crescimento económico e promover a diversificação da economia, desenvolver o capital humano, gerar oportunidades de crescimento sustentável, equitativo e inclusivo e acelerar a caminhada para o desenvolvimento sustentável, a integração regional e a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, o alívio da dívida externa e o financiamento do desenvolvimento sustentável, a gestão sustentável do território, o enfrentamento das mudanças climáticas e a criação resiliência. Assume ainda como estratégico, descentralizar, promover o desenvolvimento regional e a convergência dos Concelhos e das ilhas e consolidar a democracia e a imagem do Estado de Cabo Verde.

4.4. Desenvolver a economia cabo-verdiana

4.4.1. Diversificação da economia cabo-verdiana

A economia nacional é caracterizada por uma estrutura produtiva ainda frágil e com especialização em turismo. O MpD reconhece a importância e o papel do turismo no desenvolvimento da economia nacional, bem como o potencial que o país tem em diversificar o sistema produtivo. Esse processo, deve ter como principal parceiro o setor privado nacional e externo, aliás conforme defendemos e assumimos o compromisso da política económica na promoção da diversificação.

O MpD propõe acelerar o processo da diversificação por meio da estratégia de adoção simultânea das duas dimensões da diversificação, vertical centrada no setor de especialização da economia e horizontal para a emergência de novos produtos e setores de exportação, a par do setor de especialização, potencializando os ganhos do fortalecimento da posição externa, fiscal e do mercado de trabalho.

Durante a IXª Legislatura foram realizadas reformas que potenciam o aumento da competitividade do turismo, entre os quais o desenvolvimento de novos produtos e destinos, a criação de infraestruturas necessárias e adequadas para a construção de ofertas turísticas complementares, pelo que o MpD propõe o aumento do número de turistas, o

alargamento do turismo a todas as ilhas e promover maior transmissão dos efeitos do turismo na economia local.

Além da diversificação intrasectorial, o MpD promoverá ações que impulsionam a diversificação apoiada em ligações intersectoriais. Nesse sentido promoverá condições para o reforço das medidas de logística e conectividade inter-ilhas, integrando o mercado interno; o empoderamento do setor privado nacional, via o funcionamento pleno de todos instrumentos existentes e dos demais que estão sendo trabalhados no ecossistema de financiamento para viabilizar investimentos; e aposta na certificação dos produtos nacionais, com padrões similares aos exigidos no mercado turístico.

O MpD assume o pleno compromisso da diversificação económica pela dinamização das atividades industriais existentes, como também, por meio de novos setores de exportação. Isso passa necessariamente por uma política económica estável, além de uma nova política industrial e melhor captação e orientação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do investimento privado nacional. A par disso, aposta na melhoria do ambiente de negócios e atuação mais enérgica nos pontos críticos, como a governança corporativa, a morosidade da justiça, a eficiência energética culminando na redução dos custos de energia.

O MpD reconhece que o desenvolvimento de novos setores requer maior esforço e demanda maior tempo para a materialização dos ganhos. Contudo, durante a IX Legislatura, o Governo lançou as bases para que as potencialidades do país nas áreas da Economia Azul, Economia Digital, Industrias Criativas, possam, em parte, ser materializadas nos próximos 5 anos. O país deverá manter a aposta na capacidade tecnológica e na criação de competências nacionais de elevado nível por meio da educação de excelência em todos os domínios, quer superior, técnico ou profissional. O reforço do dialogo da diplomacia cabo-verdiana é importante para que o país aumente a sua participação em novas cadeias de valor, a par de estratégias para a melhoria da competitividade nacional.

4.4.2. Retoma do turismo e do crescimento económico

O MpD está ciente de que durante a IX^a Legislatura, a indústria do Turismo consolidou o seu espaço enquanto atividade reboadora da economia nacional, traduzido no crescimento da procura - 819.308 hóspedes visitaram o país, em 2019 - e também, na oferta que o país apresenta atualmente - 21.059 camas. A visão do Governo sustentado pelo MpD sobre o modelo de crescimento do turismo continua ancorada no caminho da sustentabilidade, preservando os recursos naturais, culturais, patrimoniais e humanos do país, como sendo a mais valia para a construção de um produto turístico resiliente, hoje e amanhã, num mercado à escala planetária muito agressivo.

Porém, o país continua a confrontar-se com enormes desafios, a saber: o desafio da excessiva concentração do produto turístico no mono produto sol e praia, localizado em duas ilhas, marcado pela sazonalidade, pela pressão sobre um ecossistema natural frágil e pela dependência de um escasso número de mercados emissores, propiciando alguma vulnerabilidade e fraca competitividade do setor. Com efeito, as consequências daí advinentes, como sejam, a migração inter-ilhas de massas de jovens à procura de emprego, o acentuar das assimetrias regionais, a excessiva pressão urbana nas ilhas cuja demanda turística é maior, os fenómenos de criação de bairros degradados e o fraco impacto direto dos proveitos do turismo nas comunidades locais, interpelam as autoridades nacionais a adotar a estratégia de um crescimento mais inclusivo, nacional e assente na sustentabilidade económica, social e ambiental.

Com a eclosão da pandemia da COVID-19 a variável segurança sanitária passou a ser a variável primeira a ser considerada no desenho de políticas para este setor, obrigando a uma reformulação da nossa atuação. Para o efeito, a necessidade de robustecer os atores do turismo com serviços de qualidade, seja adotando normas, protocolos e regras de segurança sanitária, seja qualificando os serviços do sistema de saúde é um imperativo para a retoma do turismo e garantir as condições para o efetivo retorno à normalidade em 2022. Ademais, o compromisso de vacinar 70% da população para a proteger da Covid-19, em 2021, é em si estratégico para assegurar a retoma.

Por outro lado, o MpD entende que a competitividade do destino Cabo Verde pode ser ameaçada se se mantiver a mesma matriz assente na variável, preço, num mercado dominado por *players* maduros e fortes. Com efeito, o caminho da diferenciação do produto é a aposta certa, tendo em conta o vasto património histórico e cultural que existe, irrepetível em qualquer outra latitude, e, conseqüentemente, suficiente para fidelizar uma clientela cada vez mais exigente e criteriosa na escolha do destino a visitar, nesta nova fase que agora inicia.

O MpD propõe acelerar a construção de um produto turístico diversificado, des-concentrado e sustentável que valorize os recursos naturais, históricos, culturais e humanos de todas as ilhas, sem exceção, apostando em segmentos, tais como, o turismo de natureza, sol e praia, cultural e histórico, de saúde, o turismo residencial e o turismo de eventos que maximize os proveitos junto das famílias e empresas cabo-verdianas. Que contribua para a coesão territorial, preservação ambiental agregação de valor social nas suas várias dimensões e assim contribua para a redução das assimetrias regionais.

O MpD propõe atingir até 2026, uma procura não inferior a 1,5 milhões de turistas, aumentar o valor acrescentado da indústria do turismo, traduzido numa maior agregação de recursos endógenos nos serviços e no produto que o País apresenta ao visitante, provenientes da agricultura, da agroindústria, das indústrias criativas e do setor dos transportes, tendo como fim último a criação de um tecido empresarial nacional forte, em linha com as Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, com os *Master Plans* do turismo e com a Ambição 2030.

O MpD propõe criar as condições para a subida do País no ranking da competitividade turística e integre o grupo dos 50 países mais competitivos e situar-se entre 10 melhores do grupo dos Pequenos Países Insulares.

O MpD propõe eleger o planeamento do desenvolvimento do turismo como uma estratégia importante para a sustentabilidade, incluindo o planeamento do território, a qualificação da oferta e os cuidados a ter com o ambiente e com as questões sociais.

O MpD propõe desenhar uma política de indução positiva da procura pelo destino Cabo Verde, através de uma aposta clara no fomento da conectividade aérea do País com os principais mercados emissores, apostando no apoio/compensação a operadores aéreos de *charters* e ou *low cost*, com especial ênfase na fase da retoma do turismo. Aposta no Marketing Digital do destino Cabo Verde é, igualmente, outro pilar da estratégia de crescimento e diversificação do produto turístico.

O MpD propõe apostar no monitoramento e avaliação do desempenho do destino, designadamente os indicadores de sustentabilidade económica, social e ambiental bem como as matérias de qualidade dos serviços e do produto.

O MpD propõe ainda apostar na consolidação de uma governança assente nas melhores práticas internacionais, regulação coerente e efetiva, legislação revista e adaptada a nova visão e metas, que tenha a eficácia e eficiência como vetores essenciais, de pendor cooperativo, ou seja o Ministério Turismo, instituições parceiras como os Municípios, Instituições do setor privado, setor associativo. Uma governança assente na organização da gestão do destino por ilha, capaz de harmonizar as posições dos operadores, de produzir consensos, de garantir auscultação permanente e o seguimento da execução das políticas públicas.

4.4.3. Desenvolvimento da Economia Azul. Cabo Verde marítimo

O mar representa 99% do nosso território, é um recurso estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde, e urge promover uma mudança de paradigma com relação ao «mar», e transformá-lo numa das principais âncoras do desenvolvimento, da diversificação e da especialização da economia cabo-verdiana, nas próximas décadas. Valorizar ainda mais o mar e o potencial de desenvolvimento de Cabo Verde a partir do mar, através de uma abordagem holística, ambiciosa e sustentável, transitando da abordagem de economia marítima para a de economia azul, continuará a ser um compromisso para a próxima legislatura. O desenvolvimento da economia do mar deve igualmente transformar-se numa das especificidades e complementaridades do país para promover uma maior integração na CEDEAO e para o aproveitamento das oportunidades no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana e no atlântico médio.

Deste modo, o Movimento para a Democracia promoverá **a afirmação de Cabo Verde enquanto nação marítima**, através da implementação da estratégia para a economia azul no horizonte 2030, que é sustentada na transformação de Cabo Verde numa plataforma marítima e logística internacional e num país globalmente inserido na economia regional e mundial. Uma economia azul inclusiva e sustentável, enquanto importante acelerador do crescimento económico e catalisadora de maior resiliência económica, mais emprego e mais bem-estar para as populações.

Para realizar esta ambição, Movimento para a Democracia promoverá:

- A implementação da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (ZEEMSV), enquanto principal pilar da suprarreferida estratégia, nomeadamente avançar com os projetos relacionados com o desenvolvimento portuário, das pescas e da reparação e construção navais;
- O desenvolvimento integrado e sustentável da economia do mar, integrando o desenvolvimento dos portos, dos transportes marítimos e logística, das pescas, do turismo marítimo e dos desportos náuticos, do bunkering, registo internacional de navios e de outros serviços marítimos, da reparação e construção navais, da proteção ambiental e do ecossistema marinho, do ordenamento do território costeiro e marinho; bem como, promoverá a educação e investigação marítimas, aproveitando todas as valências do Campus do Mar, e uma maior aproximação dos cabo-verdianos ao mar e o desenvolvimento da cultura marítima;
- A interligação da economia azul com outros setores, designadamente o turismo, a agricultura, a energia, a economia digital, o ordenamento do território, entre outros;
- A privatização das operações portuárias, salvaguardando o interesse estratégico

do país, nomeadamente o de não onerar a implementação da ZEEMSV e a estratégia de integração e projeção do desenvolvimento dos portos de Cabo Verde no mercado regional e internacional;

- O desenvolvimento das pescas, incluindo a aquacultura, a transformação do pescado e o transbordo, no sentido e torna-la mais moderna, sustentável, formalizada e segura que seja sustentada em infraestruturas de apoio devidamente adequadas. Também promoverá a transição da pesca artesanal para pesca azul, através do empoderamento, organização, maior segurança, o associativismo, a empresarialização e a instituição de um sistema de microcrédito, bem como a reabilitação e construção dos pontos/portos de desembarque, a introdução de novas formas e novas tecnologias na captura e comercialização;
- A mobilização de recursos e parcerias para a CABNAVE e seu desenvolvimento articulado com o do novo estaleiro previsto no âmbito da ZEEMSV;
- A construção do Terminal de Cruzeiros em São Vicente, o desenvolvimento do turismo de cruzeiros explorando os recursos de todas as ilhas, posicionando-se como um importante e atrativo destino de cruzeiros na região, assim como a promoção do desenvolvimento da náutica de recreio e dos desportos náuticos;
- O planeamento da orla costeira e marítima, a maior monitorização da nossa zona económica exclusiva, o combate à poluição do mar e a pesca ilegal não-declarada e não regulamentada;
- A exploração de mecanismos inovadores de financiamento à economia azul, a promoção da diplomacia azul e a participação ativa nas organizações regionais e internacionais ligados ao mar.

4.4.4. Desenvolvimento da economia digital

Para o Movimento para a Democracia, Cabo Verde deve desenvolver a economia digital, como um sector exportador de serviços e fazer do digital, um acelerador da modernização da administração pública central como local, ao serviço do cidadão e das empresas, da promoção da transparência na gestão pública, da melhoria do ambiente de negócios e sobretudo da melhoria da eficiência e da produtividade nas empresas e um acelerador da aproximação da diáspora e do reforço da sua participação, quanto da conectividade interna.

O Movimento para a Democracia ambiciona fazer de Cabo Verde uma economia transformada e digitalizada, um hub regional das telecomunicações, um centro regional da inovação, do empreendedorismo e da excelência e um mercado regional de referência da economia digital.

Para o Movimento para a Democracia Cabo Verde tem oportunidades de posicionamento no mercado global como país empreendedor e inovador na nossa região africana e no mundo e merecem destaque:

A FINTECH, ou seja, a promoção de *start-ups* que trabalham para inovar e otimizar serviços do sistema financeiro, no domínio do turismo, pelo posicionamento regional de produtos eGOV, na agricultura, na pesca, nas Cidades Inteligentes com Smart City e da cultura designadamente na divulgação da música e como HUB Regional dos Direitos Autorais.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia criará as condições para

1. Fazer da internet um bem essencial, ou seja, garantir uma elevada penetração e quase generalização, reduzir drasticamente o custo, aumentar a literacia digital.
2. Assegurar a soberania tecnológica, ou seja, garantir que pelo menos metade das empresas cabo-verdianas priorizam ter as suas Bases de Dados em CLOUD Nacional e não expandir a afirmação de aplicativos «Made in Cabo Verde»;
3. Assegurar um ecossistema de inovação e desenvolvimento, ou seja, no mínimo 1% do PIB em investimento em investigação, inovação e desenvolvimento, expandir o numero de investigadores e de patentes registadas no País;
4. Fazer de Cabo Verde uma Nação Eficiente, com pelo menos metade da população com registo digital
5. Promover o Parque Tecnológico para albergar um numero crescente de inquilinos, a geração start-up, promover a Cyber Segurança e garantir a implementação de dezenas de FINTECH.
6. Garantir o posicionamento internacional, ou seja, que o Parque Tecnológico tenha um numero crescente de empresas, elevada dinâmica de financiamento de projetos de internacionalização e de implantação internacional das marcas Made in Cabo Verde bem como dinamizar a exportação de produtos EGOV e Smart City.
7. **O Movimento para a Democracia promoverá a criação da Zona Económica Especial de Economia Digital, para acelerar o desenvolvimento da economia digital.**

4.4.5. Transformação da agricultura

O Movimento para a Democracia está ciente de que a agricultura cabo-verdiana é predominantemente de tipo familiar sendo a água o principal fator limitante, associado à escassez de solos aráveis, as condições geográficas e orográficas, a estrutura arquipelágica, representa uma fraca contribuição para o PIB, mas é, estruturalmente o setor que mais emprega.

O Movimento para a Democracia está ciente de que o mercado da agricultura cabo-verdiana pode chegar rapidamente a 1,5 milhões de consumidores, dos quais cerca de 1 milhão com elevado poder de compra e esta demanda apresenta boas oportunidades no mercado de frescos ou seja dos legumes, tubérculos, frutas tropicais e produtos de pecuária industrial como carnes e ovos. De que a agricultura apresenta algum potencial para o desenvolvimento da fruticultura, da horticultura, da pecuária, designadamente, animais de ciclo curto e da agroindústria, mas não tem condições estruturais para produzir toda a quantidade de alimentos que a sua população necessita e por isso continua muito dependente das importações. Está ciente de que com a mesma disponibilidade de água e de terra e os mesmos condicionalismos agroclimáticos existentes, o país pode produzir mais e melhor, com a modernização e apostas tecnológicas mais inteligentes e resilientes. Sendo Cabo Verde, um pequeno Estado insular vulnerável aos efeitos negativos das mudanças climáticas a transformação da agricultura requer a adaptação às mudanças climáticas e resiliência e deve-se acelerar a implementação de medidas para prevenir e mitigar esses efeitos.

O Movimento para a Democracia pretende vencer estes desafios e alavancar a economia agrária no horizonte 2026. Para isso promoverá, as condições para aumentar significativamente a produção, a produtividade e o valor acrescentado da agricultura. Promoverá a transição da agricultura tradicional e de subsistência para uma agricultura moderna, competitiva, capaz de atrair o investimento privado, de reforçar a contribuição para a segurança alimentar, penetrar no mercado turístico e exportar. Promoverá assim as condições para transformar a agricultura num novo sector de oportunidades para os jovens, gerador de emprego decente, de rendimento e sobretudo, que contribui para a redução das desigualdades, da pobreza e das assimetrias regionais.

Para esta transformação promoverá:

- 1. A empresarialização e o desenvolvimento de sistemas produtivos, sejam unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas, tecnologicamente modernas, rentáveis e ambientalmente sustentáveis.***
- 2. A criação e agregação de valor em toda a cadeia de mercado no que tange a sua ligação com os setores do turismo, da indústria transformadora e do próprio comércio, contribuindo para atração de investimento de grande escala. Apostará em políticas que incentivam um melhor aproveitamento das potencialidades agrícolas associadas à promoção do empreendedorismo no setor.***
- 3. O uso racional dos recursos naturais, e especialmente da água, a conservação da terra, a superação do efeito escala, a adoção e uso de energias limpas, que conseqüentemente promovam a redução dos custos de produção. Para tanto promoverá efetiva participação do sector privado e da sociedade civil na definição de políticas estratégicas para o setor agrícola, de forma a suplantar os desafios.***

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia propõe:

Promover a agricultura digital e de precisão, a horto -fruticultura e a produção de animais de ciclo curto, a investigação e extensão rural bem como técnicas avançadas de produção agrícola, que reduzem os custos, aumentam a produtividade e os rendimentos e geram empregos de qualidade.

Acelerar a implementação de medidas para prevenir e mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas como: mobilização e gestão da água com diversificação das fontes ou seja a dessalinização das águas salobras e do mar, a reutilização segura das águas residuais tratadas, o uso racional de água pela massificação de sistemas eficientes de irrigação, a redução do custo de água e de exploração, com a utilização das energias renováveis e o reforço do sistema agro-silvo-pastoril e a proteção de ecossistema terrestre.

Orientar a agricultura para os mercados locais, turísticos, regional e da diáspora e para tanto priorização do horto fruticultura, o café, o vinho, o queijo de cabra, as carnes e ovos;

implementar sistemas de logística agrícola com centros de serviço nas ilhas; incentivar a organização e promoção de cooperativas e empresas agrícolas; promover a análise da competitividade e a planificação da produção; promover a mobilização dos jovens para a agricultura, melhorar o acesso dos pequenos agricultores ao crédito e promover o armazenamento e a logística de distribuição da produção.

O reforço do sistema agro-silvo-pastoril e a proteção de ecossistema terrestre, a aposta no pastoreio controlado nos espaços silvo-pastoris de acordo com a capacidade de carga e reforço do combate a pragas e doenças e do sistema do serviço de inspeção fito e zoo sanitária pela regulamentação, formação e construção de infraestrutura de quarentena próximo dos pontos de entrada.

Estimular o desenvolvimento de investigação para as novas práticas de produção que minimizem os impactos das mudanças climáticas e garantem a sustentabilidade na produção agrícola.

Criar um ecossistema favorável ao investimento e à atividade privada para o aproveitamento das grandes oportunidades no mercado de transformação ou comercialização de produtos e de negócios no domínio do fornecimento de fatores de produção, do fornecimento e manutenção de maquinarias, de assistência técnica aos produtores, de serviços de consultadoria, designadamente para a realização de estudos e projetos, a mobilização e gestão de água de rega, a recolha e reciclagem de materiais.

4.4.6. Desenvolvimento da indústria e do comércio

Ciente de que a industrialização pode ser um dos principais impulsionadores do crescimento económico e sustentável o Movimento para a Democracia considera estratégica a retoma da aposta na industrialização de Cabo Verde como dimensão essencial do novo modelo de crescimento económico, para aumentar a capacidade exportadora.

O Movimento para a Democracia está ciente de que o setor enfrenta desafios importantes relacionados com o acesso ao financiamento, a qualificação e especialização dos recursos humanos, a logística de transporte, as infraestruturas, o nível tecnológico, a gestão da qualidade e da inovação para além de constrangimentos institucionais.

O Movimento para a Democracia reconhece, porém, que Cabo Verde possui vantagens e potencialidades por explorar, nomeadamente por ser beneficiário de um leque de acordos internacionais relevantes para as exportações, como o AGOA com os EUA, ou a integração regional na CEDEAO e em especial pelo grande leque de oportunidades proporcionadas pela nossa integração na ZLCCA.

O Movimento para a Democracia ambiciona para o próximo ciclo governativo, um sector industrial competitivo e inovador, integrado nas cadeias de valor regionais e globais e assume promover condições para acelerar o desenvolvimento industrial, através da implementação de um ecossistema favorável à consolidação e expansão da base produtiva existente e atracção de investimento direto estrangeiro no sector, induzindo uma mudança estrutural com foco na exportação, com tecnologias de ponta e empregos altamente qualificados.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia promoverá o acesso a cadeias de valor regionais; o reforço da exploração das oportunidades na indústria extrativa como a indústria de Pedra e Brita, do Sal, da Argila, da Pozolana e a Mineração do solo submarino e; o reforço da aposta na Indústria Transformadora e exploração de oportunidades em sectores emergentes como têxteis e confeções e calçado, alimentar como a transformação do pescado e produtos de aquacultura, produtos farmacêuticos no quadro da Plataforma Internacional de Saúde e hidrogénio verde para exportação, utilizando energia eólica a baixo custo.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia promovera:

1. A melhoria do ambiente de negócios, a celebração de acordos de alto nível de integração comercial como a ZLCAA, a implementação da Janela Única do Comercio Externo, a facilitação do acesso a insumos e a redução de tarifas e barreiras não tarifárias ao comércio; a certificação da qualidade, estándares e direitos de propriedade intelectual, a proteção da propriedade intelectual e o registo de marcas e patentes;
2. A promoção do IDE, a melhoria das condições de acesso ao financiamento, o empreendedorismo na indústria, o apoio às indústrias existentes para elevar a produtividade, a modernização e o desenvolvimento de novos e a aposta em sectores inovadores;
3. A promoção da qualidade dos produtos e dos processos e a melhoria do nível tecnológico da indústria; o desenvolvimento de programas de incubação de empresas, a aposta nas infraestruturas para a indústria, na promoção de Zonas Económicas Especiais e Parques Industriais, a modernização e o reforço das infraestruturas para melhorar a produtividade e reduzir os custos de produção, o desenvolvimento do capital humano, a inovação e o desenvolvimento tecnológico através de investigação para a geração de vantagens competitivas e o aumento da produtividade e a geração de fatores de diferenciação nos mercados.

4.5. Desenvolver o capital humano para garantir o desenvolvimento sustentável

4.5.1. Aproveitar o bónus e preparar-se para o ónus demográfico

O Movimento para a Democracia está ciente que a população de Cabo Verde está num contexto sociodemográfico especial e paradigmático, numa fase única, irrepetível e irreversível da sua história como consequência direta dos investimentos e ganhos em capital humano e em especial na saúde e educação, reforçados no decurso da IX^a legislatura. O Movimento para a Democracia reconhece que embora a população de 15-64 anos continue a crescer, o País está a perder jovens e a ganhar idosos, com o aumento da esperança de vida.

O Movimento para a Democracia garantirá o aumento da qualidade de capital humano e o crescimento da produtividade de trabalho com a educação e formação profissional de excelência, o desenvolvimento empresarial e o empreendedorismo jovem, melhorando o sistema de saúde, a cobertura da proteção social, a fim de aproveitar convenientemente do «bónus demográfico» atual e, se preparar para o «ónus demográfico» futuro com o acolhimento condigno da população idosa. Reforçara a produção de evidências e implementará melhor combinação de políticas públicas no curto e médio prazos para promover o crescimento económico sustentável inclusivo e assim, o emprego digno e o rendimento e a igualdade de género ao longo do ciclo de vida.

Atingir 1 milhão de habitantes deve ser uma ambição pois representa uma dimensão crítica de escala. Assim, as autoridades cabo-verdianas devem encarar a possibilidade de criar condições e medidas de políticas públicas para atrair uma **imigração seletiva**, bem instruída com nível médio de saúde igual ou superior e, com conhecimentos sólidos nas (TIC), especial da nossa diáspora qualificada e com know-how, para atender à demanda de

mão d'obra especializada pelos sectores catalíticos. Sem descurar a atração do segmento de turismo residencial que poderá trazer pessoas reformadas que poderão escolher Cabo Verde para residir.

O MpD assume promover políticas públicas em áreas estratégicas na nossa juventude para massificar a inserção produtiva dos jovens e elevar o Rácio de Suporte Económico (RSE) para um mínimo de 47% em 2026, condição para se almejar 50% em 2030. Promoverá políticas públicas para aumentar a produtividade de trabalho para atingir no mínimo 1.100.000 CVE em 2026, condição para se almejar 1.300.000 CVE em 2030.

O MpD engaja-se a preparar-se para o ónus demográfico, ou seja, para o envelhecimento da população designadamente adequando a respostas do Sistema Nacional de Saúde, desenvolver o sistema nacional de cuidados, promover políticas urbanas que favoreçam a acessibilidades e a mobilidade reduzidas para que Cabo Verde possa acolher a velhice com qualidade e dignidade.

4.5.2. Educação de excelência

A educação e a formação de excelência dos Cabo-Verdianos devem contribuir para melhorar a competitividade, produtividade e o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. A longo prazo, a força e vitalidade das sociedades dependem, da robustez do seu sistema educativo, que é a base da criatividade e da inovação.

Focar no desenvolvimento da primeira infância, melhorar a qualidade e a escolha da educação escolar, buscar a excelência nas instituições de ensino superior e, finalmente, facilitar o acesso à educação e à formação de adultos, são alguns dos caminhos seguidos e que devem continuar a merecer toda atenção na próxima legislatura.

O Movimento para a Democracia propõe reforçar a construção de um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, da base ao topo, oriente os jovens para um domínio proficiente das línguas, das ciências integradas, das tecnologias e para a construção de um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de interiorizar valores intrínsecos ao saber ser, saber fazer e estar, de responsabilização mútuas, enquanto membros da comunidade, de preparação para a aprendizagem ao longo da vida, cultura de investigação, experimentação e inovação.

Para realizar esta visão o Movimento para a Democracia, propõe para a próxima legislatura:

1. Consolidar o acesso e promover um sistema formal de educação pré-escolar universal e de qualidade para todas as crianças com 4-5 anos;
2. Assegurar o acesso gratuito, equitativo e inclusivo ao Ensino Básico Obrigatório, bem como a conclusão do mesmo com qualidade;
3. Melhorar o acesso, a qualidade que permitem gerar resultados de aprendizagem relevantes no Ensino Secundário em sintonia com o desenvolvimento do país e orientado para as necessidades do mercado de trabalho;
4. Prover a inclusão digital através das literacias associadas e da facilitação do acesso às tecnologias de base digital.

Para tanto o MpD promoverá as condições para se:

1. Regulamentar a carreira dos profissionais de infância, bem como adotar todo o

- quadro legal para o setor, com impacto no acesso e na melhoria da qualidade no ensino Pré-escolar;
2. Garantir a continuidade da revisão curricular para o ensino secundário (via geral e via técnica), inovador e adequado as exigências do mercado global, reforçando as competências nas ciências, nas línguas e tecnologias digitais;
 3. Implementar políticas de educação e formação profissional de adultos, visando a inclusão social, a redução da pobreza e a promoção do autoemprego e empreendedorismo;
 4. Implementar um sistema nacional integrado de formação contínua e inicial de professores, formadores e todos os agentes educativos;
 5. Melhorar as infraestruturas educativas em todos os níveis e apostar na descentralização e reforço de capacidades para implementação de gestão do sistema educativo baseada em resultados em todos os níveis de intervenção (central e local);
 6. Modernizar a gestão dos programas de Ação Social, com a descentralização da gestão dos programas de ação social escolar e reforço institucional da FICASE.
 7. Reforçar o investimento nas políticas da TIC e da cultura digital bem como apropriação e uso dos instrumentos tecnológicos no processo de ensino aprendizagem

Para a próxima legislatura o Movimento para a Democracia propõe encarar o Ensino superior como eixo estratégico para o desenvolvimento do país, competitivo no contexto global, com base no tripé excelência, eficiência e internacionalização e com prioridades que passam pela regulação, planeamento indicativo, fiscalização, aproveitamento dos recursos disponíveis no exterior, em particular na diáspora cabo-verdiana e do investimento na formação avançada dos docentes e investigadores universitários residentes no país.

Assim o MpD propõe:

1. Alinhamento do ensino superior nacional com o ensino superior internacional, promovendo a mobilidade de estudantes, docentes e funcionários não docentes, os projetos internacionais, os currículos internacionais, sistemas internacionais de qualidade e o uso da língua inglesa como língua de trabalho, em pé de igualdade com as línguas nacionais;
2. Aumento da produtividade e da interação com a sociedade com a intensificação da prestação de serviços, a colocação dos laboratórios e oficinas na prestação de serviços e na conceção e produção de encomendas, a transferência tecnológica entre as IES e as empresas;
3. Reestruturação do Ensino Superior com a introdução ou o reforço de elementos estruturantes de garantia da qualidade e sustentabilidade, através da especialização das universidades públicas por áreas complementares concentradas em cada instituição, procura de soluções de proximidade como resposta especializada às necessidades locais e regionais de formação e emprego, introdução de um novo modelo de governança das universidades públicas, com a participação de entidades exteriores, provindos dos meios público, social e empresarial, estímulo à complementaridade e sinergias entre IES públicas e entre estas e as privadas;

4. Redimensionamento do Sistema de Ensino superior, com a organização das Instituições de Ensino Superior em hubs temáticos, como forma de aproveitamento das sinergias.

4.5.3. Formação profissional de excelência

O Movimento para a Democracia regozija-se com a massificação do número de jovens nos cursos de formação e qualificação profissional enquanto medida ativa de apoio à inserção no mercado de trabalho, e com a elevada taxa de empregabilidade dos beneficiários da formação profissional, bem como com a aposta no Sistema Nacional de Qualificações e assim na adequação da formação profissional e técnica de modo a satisfazer as exigências do mercado de trabalho, com o aumento de estruturas de formação e por consequência, do alargamento e diversificação das ofertas formativas.

O Movimento para a Democracia ambiciona investir na Formação Profissional enquanto sistema socialmente reconhecido como um eixo acelerador do desenvolvimento sustentável do capital humano e promotora do emprego digno.

O Movimento para a Democracia ambiciona garantir à maioria dos jovens o acesso à formação, orientação escolar vocacional e profissional em todas as ilhas de Cabo Verde e tendo em conta os setores catalíticos de desenvolvimento sustentável, elevada empregabilidade ou seja a inserção no mercado de trabalho da maioria dos diplomados do ensino técnico e do sistema de formação profissional, um ano após a conclusão da formação, aumento expressivo dos trabalhadores com carteiras profissionais e dos jovens diplomados da formação técnica profissional com dupla certificação.

O Movimento para a Democracia ambiciona elevar ao máximo o índice de satisfação das ofertas de qualificação profissional do catálogo Nacional de Qualificações às necessidades do mercado de trabalho, massificar a certificação de qualificação profissional através do processo RVCC e elevar ao máximo a adequação das ofertas formativas às necessidades do mercado de trabalho e generalizar a acreditação das entidades formadoras.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia propõe para o próximo ciclo governativo:

- **O MPD perspetiva assim, a valorização da formação profissional**, através da consciencialização do seu papel na sociedade, a massificação e igualdade do acesso à formação profissional, garantir a adequação entre as ofertas de formação e às necessidades do mercado de trabalho e contribuir para a sustentabilidade da formação profissional, através da conceção de um modelo de financiamento de coresponsabilidade, eficiente e eficaz.
- **Valorizar a formação profissional**, promovendo-a como mecanismo essencial de qualificação dos jovens e de inserção produtiva, pelo planeamento da formação profissional para adequar às necessidades do mercado; pela aceleração da valorização da qualidade e da relevância da formação profissional através da adoção de um sistema adequado de carreiras e remunerações, da promoção da confiança do mercado de trabalho nos técnicos profissionais; pela especialização dos centros de formação e em pela aposta determinada na reconversão profissional orientando-a, em especial para os sectores catalíticos como o turismo, a economia azul, a economia digital, a indústria e a agricultura.

- **Um novo modelo de financiamento da formação profissional**, com a comparticipação dos empregadores, da família e do Estado e estruturado para garantir a sustentabilidade.
- **Promover parcerias público-privadas e a internacionalização**, ou seja, reforçar a participação do sector privado na formação profissional, designadamente com a gestão partilhada de Centros de Formação, a adoção de novos modelos de gestão e reforço de capacidades dos formadores para elevar a qualidade. Transformar Cabo Verde num Hub de training no atlântico médio pela internacionalização das estruturas publicas de formação como a CERMI e a EHTCV.
- **Apostar na formação à distância e para o reingresso no mercado de trabalho pós-pandemia da COVID-19**: com a promoção de unidades móveis de formação, de cursos que habilitam para o reingresso no mercado de trabalho no período pós-COVID e em áreas emergentes como competências digitais, higiene, segurança e saúde pública, e de desenvolvimento de competências de gestão de empresas para a sobrevivência e a sustentabilidade e resiliência em períodos de crise; apostar na formação à distância para quadros intermédios e diretores de PME do sector turístico, com parcerias internacionais de reconhecida competência.
- **Reforçar a certificação**, com a aposta na formação inicial conferentes de dupla certificação, conferindo agilidade e pertinência ao SNQ e criar um sistema permanente de avaliação da qualidade das entidades de formação profissional; orientar a formação profissional para o programa de aceleração da transição da economia informal para o formal e reforçar a implementação do RVCC – Processo de reconhecimento e Validação de Competências.

4.5.4. Promover o emprego digno e combater a exclusão dos jovens

O Movimento para a Democracia está ciente de que do crescimento económico sustentado depende em larga escala o combate às desigualdades, mas a forma como a riqueza é gerada e distribuída é também importante e que o trabalho é e deve sempre ser eleito como o elo articulador entre crescimento e desenvolvimento humano. O Movimento para a Democracia está ciente de que em Cabo Verde reinam a inatividade e a informalidade e escasseia o emprego digno e sustentável e que o nosso mercado de trabalho tem problemas estruturais. Exclui jovens que representam a grande maioria dos desempregados e pelo menos 57,6 mil jovens estão fora do emprego da educação e da formação. predomina o emprego informal e muito embora o sector empresarial privado seja o principal empregador, as atividades que mais empregam, geram sobretudo emprego informal expondo assim os trabalhadores e respetivas famílias à pobreza. O emprego e o rendimento fazem em boa parte as diferenças em matéria de bem-estar e de felicidade baseadas no género e o nosso mercado de trabalho discrimina os homens e as mulheres nas atividades económicas, os homens dedicam mais tempo ao trabalho remunerado e durante todos os ciclos da vida ativa, os rendimentos do trabalho destes são em média superiores aos das mulheres e a economia de Cabo Verde hoje tem capacidade de geração de emprego para os homens superior ao da geração de emprego para as mulheres.

O Movimento para a Democracia ambiciona, realizar a agenda do trabalho digno, garantir a caminhada para o pleno emprego, sem exclusão dos jovens, maximizar a produção de dividendos demográficos e fazer do emprego digno a via para reduzir as

assimetrias regionais e as desigualdades sociais. Ambiciona retomar a trajetória da redução da taxa de desemprego e em especial de desemprego jovem e da redução do número de jovens fora do emprego da educação e formação vem assim de expandir a cobertura dos trabalhadores jovens com a proteção social do regime contributivo.

O Movimento para a Democracia perspetiva a massificação de novos empregos qualificados pela expansão e desenvolvimento empresariais com o aproveitamento das oportunidades nos sectores catalíticos, condição essencial para reduzir ao mínimo o contingente de jovens formados no desemprego.

O Movimento para a Democracia criará as condições para a massificação da formação profissional garantindo a formação a todos os jovens, independentemente da ilha onde vive e do nível de rendimento da família e os estágios profissionais a todos os jovens formados NEET bem como a reconversão profissional dos jovens com formação em áreas de baixa empregabilidade.

Em especial, o Movimento para a Democracia aprofundará a aposta no empreendedorismo jovem, reforçando o ecossistema de financiamento da economia, em contexto de incentivos fiscais, promovendo designadamente as Zonas Económicas Especiais, o projeto de mérito diferenciado, o investimento dos emigrantes, a descentralização e o reforço do papel das estruturas locais do sistema de emprego e empregabilidade e das dos mecanismos Câmaras Municipais, conferindo aos jovens oportunidades de concretização de negócios.

4.5.5. A caminho da generalização da proteção social

Para o Movimento para a Democracia a proteção social é essencial para proteger os cabo-verdianos em situações de dificuldades económicas e sociais e o seguro social é um mecanismo por excelência de poupança, mas sobretudo um dos suportes financeiros importantes do sistema nacional de saúde. O Movimento para a Democracia está ciente de que o facto da maioria dos cabo-verdianos não estar coberto pela segurança social do regime contributivo contribui para as desigualdades no acesso à saúde, quanto parte importante dos trabalhadores não conta com pensão de reforma e outras prestações sociais em caso de invalidez e especialmente na velhice, fase em que exige cuidados de saúde mais onerosos.

Para a próxima legislatura o Movimento para a Democracia propõe promover a cobertura universal da proteção social, ou seja, desenvolver o sistema de proteção social obrigatório em ordem a garantir uma cobertura adequada e efetiva a pelo menos 66% dos trabalhadores, em todos os Concelhos do país, contribuindo para o reforço da poupança nacional, a redução da pobreza e das desigualdades no acesso à saúde e para a sustentabilidade do sistema de segurança social e do Sistema Nacional de Saúde.

Para realizar esta ambição, o Movimento para a Democracia promoverá o alargamento a grupos de difícil cobertura, designadamente pela aceleração da transição da economia informal a formal, mas também pela cobertura efetiva dos trabalhadores do sector formal ainda fora do sistema. Promoverá a adequação do quadro legal para integrar medidas de proteção apropriadas às diferentes categorias de trabalhadores da economia informal, flexibilizando os requisitos de inscrição e cobrança, adequar os requisitos de acesso às prestações à realidade específica do trabalho como o trabalho precário e o trabalho marítimo e adequar as prestações sociais concedidas às necessidades dos grupos-alvo.

O Movimento para a Democracia promovera ainda o aprofundamento dos investimentos na transformação digital, a otimização da gestão financeira do sistema, e assegurar a efetiva rentabilização dos excedentes de modo a potenciar a solidez financeira do sistema.

O MPD está ciente de que os cenários de mudança no mercado laboral, os impactos da pandemia da COVID-19 e o aumento dos empregos por conta própria exigem o devido reposicionamento da entidade gestora de proteção social do regime contributivo. Assim promoverá as condições políticas visando para: continuar a desenvolver o princípio da universalidade do sistema público de segurança social, reforçando a sua eficiência, equidade e solidariedade; redefinir o âmbito material do INPS, com a criação de uma entidade autónoma de cobrança e gestão dos fundos e reservas financeiras e a assunção da gestão das pensões; o reforçar do combate à fraude e à evasão contributiva, a flexibilização dos mecanismos de inscrição dos trabalhadores de difícil acesso ou cuja a capacidade contributiva ou organizativa seja deficitária bem como a criação mais um ramo de pensões, dando oportunidades aos trabalhadores de anteciparem a condição de reforma, quanto avaliar a complementaridade dos regimes de seguro social públicos e privados.

4.5.6. Garantir a saúde de qualidade para todos, criando valor para a economia

O Movimento para a Democracia regozija-se pelos significativos progressos que Cabo Verde realizou no domínio da saúde ao longo dos últimos anos mas está ciente de que persistem grandes desafios ao Sistema Nacional de Saúde tais como, a melhoria do acesso aos cuidados de saúde promovendo a equidade, o predomínio das doenças não transmissíveis, o envolvimento de quadros e especialistas da diáspora, o reforço dos recursos humanos e a sua capacitação contínua, e especialmente o aumento da participação do sector privado neste domínio, entre outros.

O Movimento para a Democracia propõe criar as condições para se garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos em todas as idades, criando valor para a economia.

O Movimento para a Democracia criará as condições para a vacinação de todos os cabo-verdianos contra a COVID-19 e impulsionará essas mudanças promovendo a nível da atenção primária:

- Institucionalizar o sistema de médico de família na rede de cuidados de saúde primários bem como implementando o conceito de saúde familiar com a constituição de equipa pluridisciplinar para atendimento à família.
- Reforço da cobertura nacional psiquiátrica e da saúde mental na rede dos cuidados primários do país
- Alargamento da rede de cobertura de cuidados ligados ao uso abusivo do álcool e outras drogas e reabilitação do Hospital de Trindade, do Centro da Comunidade Terapêutica da Granja de S. Filipe, e conclusão das obras do Centro da Comunidade Terapêutica da Ribeira de Vinha.
- Reforça das consultas especializadas nos centros de saúde, implementação do programa de formação de técnicos de saúde, incluindo epidemiologistas de campo, voltado para a prestação de cuidados, para prevenção, vigilância e resposta a eventos de saúde pública e revisão da situação laboral dos agentes sanitários.

- Instalação do Centro de Diagnóstico de Santiago e instalação do Centro de Saúde de Palmarejo e da Delegacia de Saúde da Praia no Campus de Saúde a ser criado

A nível da atenção hospitalar, ou seja, da prestação de cuidados secundários e terciários com a conclusão das obras do bloco operatório do Centro de Saúde da Boavista e outros reforços para sua elevação a hospital regional; o reforço das competências e do nível de prestação de cuidados de qualidade nos hospitais regionais, em função do perfil epidemiológico da demanda; prosseguir com o projeto de modernização administrativa, visando melhoria na gestão das infraestruturas e na humanização do atendimento.

A nível dos hospitais centrais:

A criação de serviços de cuidados intensivos nos dois Hospitais Centrais, HAN e HBS, de um centro de cardiologia invasiva no HAN, melhorar nos dois hospitais centrais as condições técnicas e tecnológicas para implantação de pacemakers, implementar o projeto de diagnóstico e intervenção rápida para os acidentes vasculares cerebrais, melhorar a nível dos dois hospitais centrais, a capacidade diagnóstica e tratamento especializado para os principais problemas de saúde que demandam evacuação para o exterior; concluir as obras de construção do centro ambulatorial do Hospital Baptista de Sousa e sua integração no complexo hospitalar da Região Norte, construir o novo bloco de pediatria e maternidade do HBS e o Hospital Nacional na Cidade da Praia.

Criar condições para o reforço das infraestruturas de saúde ou seja:

A construção do Centro de Saúde da Ribeira das Patas em Porto Novo, de Achada Monte em S. Miguel, de Palmeiras na ilha do Sal, de uma nova rede de centros de saúde urbanos em Mindelo.

A remodelação e ampliação do Banco de Urgência do Hospital Regional João Morais em Santo Antão, reabilitação dos Postos sanitários e Unidades Sanitárias de Base, construção da sede do Instituto Nacional de Saúde Pública e de um novo depósito regional de medicamentos em Mindelo.

Criação de condições para o reforço do Sistema de Informação Sanitária incluindo, a implementação da receita eletrónica e a criação e implementação do cartão de saúde do cidadão.

Ciente de que a vulnerabilidade do país face aos riscos epidémicos, é outro importante problema de saúde pública com impacto nomeadamente na indústria do turismo o Movimento para a Democracia propõe no próximo ciclo, entre outras medidas, criar as condições para:

- O estabelecimento duma plataforma de partilha em tempo real de informação, permitindo vigilância e alerta precoce multidisciplinar, multissetorial de forma coordenada, incluindo vigilância comunitária e seguimento nos órgãos de comunicação social de fenómenos não usuais e respeitando o conceito «Uma saúde».
- A adaptação do Integrated Disease Surveillance and Response III (IDSR III) tendo em conta a capacidade dos laboratórios e as possibilidades de diagnóstico sindromático; a formação de recursos humanos em epidemiologia de intervenção com capacidade de conduzir investigação e equipa técnica multissetorial preparada nomeadamente com recurso à realização de exercícios de simulação; a implementação da agenda para a investigação em saúde no INSP em articulação com as universidades.

O Movimento para a Democracia propõe no próximo ciclo criar as condições para transformar Cabo Verde numa Plataforma Internacional de Saúde, mas também o reforço do quadro legal e institucional visando:

- Incentivar e viabilizar as Parcerias Publico Privado (PPP) e o desenvolvimento harmonioso do sector privado no país na prestação de cuidados de saúde e a eliminação progressiva dos pagamentos diretos, responsáveis por despesas catastróficas suportadas pelos cidadãos e incorporação desses pagamentos no Sistema de Segurança Social e a modernização administrativa nas estruturas de saúde.
- O desenvolvimento dos documentos estratégicos do sector da saúde designadamente a Política Nacional de Saúde, a Carta Sanitária, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Saúde, a Estratégia de Financiamento da Saúde, o Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e os Manuais.
- A criação das regiões sanitárias de Santiago Sul, do Sal, da Boavista e Maio, de S. Vicente e S. Nicolau e de novos departamentos nas áreas dos Assuntos Hospitalares, de Gestão da Qualidade, de Emergência Pré-hospitalar, do Sangue e Transplantação, do Treinamento e Simulação para Profissionais de Saúde e da Manutenção e Reparação dos Equipamentos Hospitalares.

4.5.7. Uma justiça efetiva, preventiva, célere, acessível, imparcial e transparente

O Movimento para a Democracia considera que o desenvolvimento do capital humano requer também um setor da justiça comprometido com os valores e princípios constitucionais da realização da justiça em nome do povo, para o qual todo o sistema deve servir ou seja o Governo, a Ordem dos Advogados, o Conselho Superior da Magistratura Judicial e a Procuradoria Geral da Republica enquanto parceiros fundamentais no processo de desenvolvimento e mudança de paradigma do funcionamento do sistema judicial.

Reconhece que a acumulação de processos pendentes e a correlativa lentidão processual como um dos principais problemas do país, que a morosidade e as pendências continuam a marcar profundamente a realidade judiciária, sendo de uma forma geral, constrangimentos mais críticos do setor e do próprio quadro da atividade dos Conselhos superiores, nomeadamente, na gestão dos Tribunais e Procuradorias e dos respetivos recursos, e na gestão processual.

O Movimento para a Democracia propugna uma cultura de paz, de conhecimento e defesa dos direitos e a observância dos deveres dos cidadãos e uma Justiça eficaz, inclusiva e assume como desafios a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da justiça e o reforço da administração da justiça, da proteção dos direitos dos cidadãos, a garantia ao cidadão do acesso à justiça e ao direito. O MpD propugna a justiça como pilar fundamental da democracia e vê no sistema judicial, o garante das liberdades, da paz social e do estado de Direito.

O MpD perspetiva uma justiça promotora da competitividade do país, capaz de decidir causas em tempo razoável e com previsão de duração máxima dos processos seja na sua tramitação a nível das comarcas seja a nível das instancias de recurso e superiores. A realização da justiça implica uma sinergia permanente entre os vários operadores, com

o objetivo essencial de vencer a morosidade processual para se atingir o resultado que todos almejam ou seja uma justiça célere e eficaz, para uma sociedade pacífica, inclusiva, justa, livre do medo e da violência.

O Movimento para a Democracia propõe para o próximo ciclo, reforçar as condições para que o Sistema Judicial garanta uma justiça efetiva, mais célere, acessível, imparcial e transparente, baseada no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e nos princípios do Estado de direito democrático, promovendo a cultura da paz, da segurança e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

O Movimento para a Democracia ambiciona para o horizonte da próxima legislatura, garantir a todos o acesso ao sistema de justiça, a elevação do nível de resolução de processos por meio de conciliação obrigatória na fase judicial; criar as condições que garantem que a grande maioria dos processos entrados e transitados nos tribunais sejam julgados no decurso do ano judicial, conforme metas assumidas pelo Conselho Superior de Magistratura Judicial em sede da Ambição 2030. Assume criar as condições para ao nível do Ministério Público se elevar consideravelmente a taxa de resolução de processos pendentes e a redução sensível da taxa de morosidade dos processos, conforme metas assumidas pelo Conselho Superior do Ministério Público em sede da Ambição 2030.

Assume reforçar as condições para a adesão total às TIC na Justiça, melhorar a gestão e organização do sistema judicial com o objetivo de conferir maior eficiência e eficácia, reforçando a confiança dos cidadãos na justiça, criando assim o senso do legado da paz e a tutela efetiva dos direitos que garantem um ambiente de crescimento da economia e do desenvolvimento sustentável, assente na previsibilidade e na existência e cumprimento de regras claras e objetivas de relacionamento social. Realizar este percurso é para o MPD parte da melhoria da qualidade de vida.

O Movimento para a Democracia propõe para o próximo ciclo, promover os direitos humanos e o acesso ao sistema de justiça, aprimorar a Infraestrutura e a Governança dos TIC's no poder judiciário, a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior eficiência e reduzindo a incidência de práticas de delitos e melhorar a gestão e organização do poder judiciário.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia propõe promover os direitos humanos e o acesso ao sistema da justiça ou seja:

1. Reforçar as condições para que o Sistema Judicial promova a literacia jurídica; promover a alteração legal com vista a assunção da gestão e a operacionalização do Sistema de Informação da Justiça; promover a instalação faseada do Instituto de Medicina Legal; reforçar os recursos humanos e o laboratório da policia judiciaria; dotar o país de mecanismos e instrumentos de produção de prova científica promotoras de maior eficácia na justiça penal.
2. Continuar os investimentos nas infraestruturas físicas e nos recrutamentos do sector prisional; promover a adesão às melhores práticas de governança, à justiça restaurativa, o incentivo à adoção de penas e medidas alternativas, o aperfeiçoamento do sistema de controle de execução penal, o reforço das capacidades dos Serviços Penitenciários e Reinserção Social; promover a formação profissional da população reclusa, a reabilitação e reintegração social dos reclusos, os cuidados de saúde no meio prisional e nos Centros Socioeducativos e o apoio à população

reclusa em situação de liberdade, no acesso ao mercado de trabalho com a melhoria da empregabilidade.

4.5.8. Um ambiente securitário para o pleno desenvolvimento e prosperidade dos cidadãos

O Movimento para a Democracia considera a Segurança e Defesa como um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático e um garante da liberdade dos cidadãos, mas também que um país seguro contribui para uma sociedade mais tolerante, livre e democrática. O Movimento para a Democracia está ciente de que novas ameaças e novos riscos implicam uma orientação estratégica bem definida e conduzida de modo coerente, por uma política assente num sistema de segurança adequadamente coordenado, eficaz e operativo.

O Movimento para a Democracia propugna um ambiente securitário que promova o pleno desenvolvimento e prosperidade dos cidadãos, num contexto de paz, segurança, exercício consciente e participativo da cidadania e respeito pelos direitos fundamentais do ser humano.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia propõe como objetivos estratégicos para o próximo ciclo:

1. Reforçar os mecanismos de identificação de ameaças e riscos suscetíveis de provocar instabilidade à prossecução dos interesses nacionais, bem como os valores, princípios, espaços e atores estratégicos à consecução da segurança nacional.
2. Desenvolver ações estratégicas que façam face aos fatores de ameaças e riscos à segurança nacional e estabelecer mecanismos mais efetivos e articulados de prevenção, preparação e resposta a emergências e mitigação de catástrofes naturais, que aumentem a resiliência nacional e a segurança das populações.
3. Promover a articulação e harmonização entre as diferentes políticas setoriais, com vista a otimizar o quadro de políticas públicas para a segurança que permitam atuar ao nível das causas da violência e dos fatores de risco, reduzir as oportunidades de cometimento de crime e potenciar os fatores de proteção e de reforço da autoestima e pertença das comunidades.
4. Melhorar a compreensão, gestão do conhecimento e informação sobre os riscos de desastres, reforçar a governação, integrar o tema no planeamento do desenvolvimento e gestão setoriais, criar o Gabinete Especial de Gestão de Riscos de Desastres, melhorar a Plataforma Nacional de Redução de Riscos de Desastres.
5. Preparar para os desastres e para a gestão da resposta e para a recuperação pós-desastre resiliente, reduzir a exposição e a vulnerabilidade dos bens e pessoas aos perigos, aumentar sua capacidade de fazer face e de recuperar, reduzir a vulnerabilidade física e socioeconómica das populações e modificar as características dos perigos, reduzindo a sua capacidade de gerar danos e perdas.
6. Promover a formação especializada e contínua dos investigadores, peritos e demais agentes da aplicação da lei e reforçar os mecanismos de vigilância, inteligência e meios tecnológicos de prevenção e de investigação criminal.
7. Incrementar a cooperação e parceria entre as instituições nacionais e in-

- ternacionais, especialmente, nos domínios da formação, realização conjunta de operações e partilha de informação.
8. Aprofundar os investimentos efetuados em sede da securitização das fronteiras nacionais, seja pela via da aquisição de novos e modernos equipamentos, seja através da introdução de ferramentas técnicas e tecnológicas inovadoras de reforço do controlo fronteiriço nos aeroportos e portos internacionais do país, no quadro da valorização crescente de Cabo Verde como destino seguro e da aposta na segurança como fator diferenciador e de competitividade.
 9. Elevar a proteção das nossas costas, com presença regular e efetiva de equipas de patrulhamento e de vigilância, visando a prevenção e combate à imigração clandestina, à pesca ilegal, à poluição e às atividades de tráfico pela via marítima.
 10. Alocar dispositivos de recolha de imagens nos locais onde possam ocorrer desembarque ou transbordo de produtos estupefacientes e outras atividades ilícitas.
 11. Consolidar o processo de reforço institucional e organizacional na Polícia Nacional e manter a aposta em equipamentos que permitam a deteção de armas e munições, produtos radioativos ou biológicos pelos serviços aduaneiros e pelos órgãos da polícia criminal.
 12. Consolidar os programas especiais que dão suporte à implementação do modelo integrado de policiamento de proximidade e que, a par de promoverem um maior entrosamento e participação das forças de segurança nas diferentes atividades e dia-a-dia das comunidades, contribuem para o reforço do quadro de relacionamento existente entre os parceiros sociais e para estreitar a relação de confiança com os cidadãos.
 13. Continuar a investir na tecnologia como recurso estratégico no contexto da contínua modernização, desmaterialização e simplificação dos procedimentos e capacitação das forças e serviços de segurança, com o objetivo de aumentar a eficácia e a eficiência da atividade operacional.
 14. Reforçar o acesso à informação operacional e melhorar a relação entre os cidadãos e as forças de segurança.
 15. Reforçar a articulação e cooperação entre as forças e serviços de segurança no âmbito da segurança interna.
 16. Fomentar intercâmbios, experiências, boas práticas, formação e demais atividades com forças e serviços de segurança congéneres.
 17. Revisar o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, melhorar a gestão dos recursos disponíveis de modo a adequar a capacidade da Nação para enfrentar situações de crise ou emergência, afirmar o primado da paz, do multilateralismo e de uma parceria equitativa nas relações externas e promover a inserção do país em mecanismos de segurança cooperativa.

4.5.9. Aprofundar a igualdade de género e capitalizar as contribuições de mulheres e homens para o desenvolvimento sustentável

O MPD regozija-se com os progressos significativos de Cabo Verde tem na promoção da igualdade de género e em especial com a adoção da lei da paridade, com ganhos visíveis em matéria de participação política. O MPD está ciente de que apesar desses substanciais

e consistentes progressos, permanecem vários problemas e desafios respeitantes à autonomia económica e acesso ao trabalho digno, ao subemprego, à fraca presença nas áreas tecnológicas e científicas e em especial nos aceleradores. Apesar do nível educativo atualmente atingido pelas mulheres, o desemprego afeta-as em particular e estão muito presentes no setor informal e assim mais sujeitas aos choques, como ficou evidente no caso da epidemia da COVID-19. A prevalência da violência contra as mulheres baixou substancialmente, mas permanece elevada nalgumas situações, nomeadamente no contexto conjugal.

O Movimento para a Democracia reconhece a igualdade de género e o empoderamento das mulheres não poderá ser alcançado sem considerar as necessidades, experiências e expectativas específicas de mulheres e homens e sem assegurar que ambos tenham as mesmas oportunidades de participação, acesso e benefício no processo de desenvolvimento. Considera que é necessário levantar a ambição e propugna um Cabo Verde sem discriminação de género, que investe na igualdade de oportunidades e capitaliza as contribuições de mulheres e homens para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável do país.

O Movimento para a Democracia propõe para a próxima legislatura:

1. Promover oportunidades económicas para as mulheres, em particular nos domínios das energias renováveis, economia azul, economia digital, agricultura, e a sua melhor inserção no mercado de trabalho, tendo em conta as dimensões regionais e os grupos mais pobres;
2. Estimular percursos educativos e profissionais diversificados para as meninas e mulheres, nos domínios das ciências, das tecnologias e da investigação;
3. Aprofundar a participação paritária de mulheres e homens nos espaços e cargos de poder e decisão;
4. Desenvolver políticas e medidas para eliminar todas as formas de violência baseada no género.

Para tanto, o Movimento para a Democracia propõe promover o empoderamento económico e a igualdade no trabalho, promover a inserção pela educação e formação profissional, aprofundar a participação política e na tomada de decisão e promover, em especial o combate à Violência Baseada no Género designadamente.

4.5.10. Desenvolver o desporto para o nosso orgulho, riqueza e grandeza

O Movimento para a Democracia está ciente de que o Desporto é um fenómeno social apreciado universalmente, que arrasta consigo diferentes segmentos populacionais, impulsiona a economia, contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas, fortalece a cultura da paz, consolida o processo educativo e promove valores indispensáveis de sã convivência. Que cresce a procura desportiva com mais atletas, mais clubes, mais escolas de iniciação e mais federações desportivas, superando a capacidade de oferta. Que por causa da pandemia COVID-19, o desporto praticamente paralisou-se e a época 2019/20 foi suspensa, as competições desportivas internacionais foram adiadas, as infraestruturas e os espaços físicos artificiais e naturais para o desporto foram interditos, alguns estão em elevado estado de degradação.

O Movimento para a Democracia assume os desafios do desporto cabo-verdiano, isto é:

- Da reformulação do Sistema Desportivo Cabo-verdiano tendo em atenção a autonomia organizacional e de funcionamento do Sector Privado do Desporto e a necessária diferenciação e enquadramento dos desportos coletivos dos individuais. Da avaliação do quadro legal e conclusão do quadro regulamentar;
- Do planeamento estratégico e de projetos transformadores abrangendo a administração desportiva central, municipal, o desporto escolar, militar e universitário e da integração do desporto realizado pelas instituições privadas;
- Do financiamento do desporto e da resposta ao défice de infraestruturas desportivas especializadas nos centros urbanos com o aumento da procura desportiva e a diversificação das modalidades desportivas introduzidas no país;
- Da reserva e preservação pelas Câmaras Municipais de terrenos para construção de novas infraestruturas desportivas; da difusão através das escolas, dos valores do desporto, da promoção do desporto de praia, mar, montanha e; da promoção de atividades e competições regionais nacionais e internacionais com propósito de movimentar, com sustentabilidade, o maior número de turistas internos e externos;
- Da adoção pelas universidades de planos curriculares competentes e ajustados aos desafios do desporto nacional para prover o mercado de recursos humanos qualificados na área do desporto e do desenvolvimento de uma densa rede de cooperação com países amigos.

O Movimento para a Democracia promoverá condições para a valorização do desporto na sua dimensão económica, como fator propiciador de qualidade de vida, parte da educação, fator de promoção e reforço da identidade cultural e de coesão social, mas também propiciador de igualdade e inclusão social, sendo o rendimento desportivo fator de engrandecimento e de autoestima da população.

O Movimento para a Democracia promoverá condições:

Para que desporto cabo-verdiano contribua para a dinamização da economia, a geração de emprego, o fomento do voluntariado, mas também para aumentar, diversificar e qualificar a procura turística de Cabo Verde, a conservação a biodiversidade e qualidade ambiental, estimular a inovação tecnológica, a transformação digital e o empreendedorismo. Para a adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento dos desportos de praia, mar, montanha, com a promoção do turismo acessível a todos.

Aprofundará a aposta no rendimento desportivo, dos escalões de base às elites, ou seja, o rendimento desportivo como valor, no desporto escolar e nas escolas de iniciação desportiva; aprofundará o investimento nos Centros de Alto Rendimento Desportivo com vista a potenciar talentos, nos treinos de alto nível para as pré- seleções e seleções nacionais para a alta competição, a luta contra o doping no desporto e a difusão e generalização da observância da ética no desporto.

O Movimento para a Democracia promoverá condições para o desporto para todos, independentemente da condição individual e apostará na massificação, para que pelo

mérito desportivo todo cabo-verdiano possa aceder a provas regionais e nacionais e concomitantemente a competições internacionais.

O Movimento para a Democracia assume promover condições para:

- Reforma e adequação da legislação desportiva cabo-verdiana; reforço das infra-estruturas desportivas de grandes; dotar cada Município de pelo menos um Campo de Futebol com relva artificial, cada ilha região desportiva com pelo menos um Pavilhão Desportivo e; reforço da parceria através de contratos-programa Governo e as Câmaras os Municipais e as organizações, sejam comités, federações, clubes e individualidades do desporto;
- Especialização de Cabo Verde, como país para grandes eventos desportivos de praia, mar, montanha e plataforma para a formação de recursos humanos, a nível da região e do continente; implementação e organização de Centros de Alto Rendimento Desportivo, enquadrar e potencializar jovens talentos do desporto, consolidação e expansão do Programa Nacional de Atividade Física e Saúde «MexiMexê» em todas as ilhas e concelhos do país e incentivo às seleções nacionais envolvidas em altas competições.
- Promoção da alta competição desportiva, garantindo a participação de atletas nacionais em diferentes modalidades desportivas, reconhecimento de agentes desportivos na incrementação de modalidades desportivas que praticam.
- Promover a formalização e a previsibilidade no desporto nacional bem como a produção de estatísticas oficiais do desporto, a efetivação da lei do mecenato e dos patrocínios desportivos e massificar o consumo dos espetáculos desportivos pelo tecido empresarial e pela sociedade civil.

4.5.11. À juventude todas as oportunidades para ganhar o presente e o futuro

O Movimento para a Democracia reconhece que sendo o segmento mais qualificado da população e alvo da educação e formação profissional de excelência e vivendo a era digital, os jovens serão os principais agendes da inovação e da mudança e precursores do aumento da produtividade do trabalho e da competitividade e porventura da diversificação da economia cabo-verdiana.

O Instituto do Desporto e da Juventude constitui uma das reformas mais avançadas iniciadas na IX^a Legislatura, no domínio da juventude e do desporto, a consolidar no novo ciclo governativo para fazer aos jovens de Cabo Verde ganhar tempo, oportunidades, espaço de expressão, a criatividade e a inovação, acelerar o desenvolvimento desportivo, a inserção formativa e produtiva e otimizar a produção de dividendos demográficos.

O Movimento para a Democracia está ciente de que Cabo Verde vai perdendo jovens, enquanto ganha idosos e reconhece que é pela massificação da inserção dos jovens do mercado de trabalho que produzimos o primeiro dividendo demográfico e tão cedo massificamos a inserção de jovens qualificados, a economia ganha em produtividade e assim o segundo dividendo demográfico e a conjugação dos dois por muitos anos aumenta o potencial e acelera o crescimento económico.

O Movimento para a Democracia propõe criar as condições para aprofundar a massificação da formação profissional dos jovens e promover o acesso à formação superior, a redução do desemprego para metade, elevar a cobertura da segurança social contributiva

e seja reduzida para metade a proporção dos jovens sem emprego educação e formação e assim contribuir para a erradicação da pobreza juvenil.

O Movimento para a Democracia propõe promover condições para reduzir a exposição e combater o alcoolismo e o consumo de droga pelos jovens, reforçar a saúde sexual e reprodutiva, o aumento da participação dos jovens em atividades desportivas, o fomento do associativismo juvenil, mas também a participação em atividades dos Partidos Políticos, bem como em órgãos de poder local e central, enquanto eleitos.

O MPD propõe reforçar as condições para o empreendedorismo dos jovens no domínio da cultura e das indústrias criativas, em especial, enquanto ativos para o turismo.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia propõe:

Melhorar as decisões e medidas políticas com impacto sobre os jovens, designadamente no emprego, educação, saúde e inclusão social; promover a participação e o envolvimento dos jovens na vida democrática, atividades cívicas, culturais e sociais nos bairros, cidades e ilhas.

Promover o compromisso institucional, a liderança autêntica e a responsabilização mútua ou seja:

- Estabelecer uma janela única de comunicação e articulação dos programas e oportunidade para a juventude; assegurar a articulação intersectorial atendendo a transversalidade da juventude; promover protocolos de parcerias público-privado que impulsionam a implementação dos programas e projetos para a juventude; criar e dinamizar espaços seguros de diálogo e participação dos jovens na tomada de decisões sobre temáticas que os afligem; impulsionar estudos científicos sobre as temáticas da juventude por forma a melhorar a definição de políticas intersectoriais para o sector; dinamizar campanhas específicas, aprimorando a comunicação e assegurando a participação efetiva dos jovens;
- Promover a criação de uma plataforma digital para a Conexão Cabo Verde-África-Diáspora e possibilita a integração e interação da juventude com informações pertinentes sobre as oportunidades proporcionadas no país e no continente, nas áreas de emprego, empreendedorismo, financiamento, educação, formação profissional, arte, cultura, saúde sexual e reprodutiva, estágios profissionais e oportunidades de mobilidade;
- Promover o empreendedorismo para a empregabilidade jovem e mobilidade socioeconómica inclusiva, enquanto componente do desenvolvimento do capital humano; promover a formação dos jovens, tendo em atenção o perfil dos empregos do futuro e a inserção produtiva nos sectores catalíticos e em especial no domínio digital; reforçar e facilitar a articulação das políticas públicas e privadas para a promoção do emprego digno aos jovens e efetivar e dinamizar o Cartão jovem;
- Dinamização do programa de voluntariado jovem, promover o registo e o empoderamento da rede nacional de associações e grupos juvenis, operacionalizar o registo nacional de denominação das associações e grupos juvenis e a criação do Cadastro Nacional das Associações e grupos Juvenis;
- Promover o empreendedorismo dos jovens no domínio das indústrias criativas ou seja: dinamizar a bolsa jovem em articulação com os Centros da Juventude e as

Câmaras Municipais; promover a capacitação e o empreendedorismo dos jovens na área das indústrias criativas, bem como nas artes plásticas, dança e música, moda, teatro, fotografia, cinema e literatura.

Para realizar o presente e o futuro da juventude o Movimento para a Democracia promoverá as condições para a ação efetiva, integrada e coordenada dos diversos atores ou seja o Instituto do Desporto e da Juventude, as Associações e grupos Juvenis, as Autarquias Locais, o Sector empresarial privado na promoção de maior integração da juventude no mercado de trabalho, as entidades publicas e privadas em convergência para realizar a aproximação das oportunidades de intercâmbio juvenil, as Universidades e a sociedade civil juvenil criando espaços de debates, o Governo, reforçando as valências e instrumentos fundamentais para o contínuo empoderamento da Juventude.

4.5.12. Transição do sector cultural e criativo para uma economia moderna e sustentável

O Movimento para a Democracia reconhece o papel e o potencial do sector da cultura na promoção do desenvolvimento sustentável do país, seja pelo contributo para o desenvolvimento do capital humano, como pelo valor acrescentado da indústria do turismo na economia real e assume o desafio maior do fomento da educação pela arte, da formação técnica e académica e profissionalização do sector, dando aos profissionais a dignidade e reconhecimento que merecem. Reconhece que o setor da Cultura e das Indústrias Criativas é um dos que mais está a sofrer os profundos efeitos da pandemia COVID-19 e está ciente de que muitos profissionais da cultura vivem em extrema precariedade, são altamente vulneráveis e estão a ser particularmente afetados pelo que a sobrevivência destes profissionais e o resgate das empresas ligadas a este sector é um dos desafios de primeira linha.

O Movimento para a Democracia regozija-se com a criação das bases para a formalização e credibilização do sector da cultura e das indústrias criativas e realça o facto de que muito mais do que uma questão identitária a cultura transformou-se, durante o último mandato, num sector económico, de criação de rendimentos, de valorização do nosso turismo e da marca Cabo Verde.

No próximo ciclo governativo o Movimento para a Democracia fará aposta essencial na inovação, no fomento e na projeção internacional de Cabo Verde através da sua cultura, da contemporaneidade dos projetos de gestão e da programação cultural, científica e *curatorial* das suas instituições. Assume o compromisso de dar visibilidade à qualidade dos agentes e produtores culturais do país, à variedade da nossa produção criativa e à riqueza da diversidade das ilhas. Assume ainda o compromisso de criar as condições para que Cabo Verde continue a ser cultura e criatividade, o farol de ambição e modernidade.

O Movimento para a Democracia ambiciona promover a transição do sector cultural e criativo de uma economia tradicional, com forte valor «patrimonial» e identidade cultural para uma economia moderna e sustentável, baseada na promoção de todas as formas de criatividade, assentes na profissionalização do sector, no desenvolvimento do capital humano, e potenciador do desenvolvimento do Turismo, mediante a sua inserção no mercado de produção de novas valências económicas e libertar os criadores da dependência do Estado.

O Movimento para a Democracia assume para o próximo ciclo governativo criar as condições:

1. Para o acesso universal à cultura, à educação artística e cultural, às práticas artísticas desde cedo e estender esse esforço aos jovens e às famílias, a ações de educação artística e cultural.
2. Para a transformação digital na cultura, ou seja, para adaptar a política cultural à realidade digital, e assim ficar mais ancorada no local e se abrir à diversidade.
3. Para o reforço dos incentivos e do financiamento, para se aprofundar o investimento no livro, na leitura e na literatura, para o investimento no Arquivo, especial atenção ao sector do espetáculo, reforço da presença da cultura cabo-verdiana no exterior, ou seja, reforçar a presença da cultura cabo-verdiana na CPLP e na CEDEAO;
4. Aprofundar a aposta no Cinema e audiovisual, continuar a promoção dos direitos de autor, o incentivo e a dignificação dos artistas, das empresas e editores de conteúdo;
5. Atenção especial ao património material e imaterial e designadamente consolidar, implementar e promover o programa de Promoção da Morna Património imaterial da humanidade; consolidar e relançar a marca Cidade Velha Património da Humanidade; consolidar o programa nacional de valorização do nosso património imaterial e do nosso folclore; entregar a candidatura dado Campo de Concentração a Património da Humanidade e; consolidar a nossa política nacional para a preservação e valorização da língua cabo-verdiana.
6. Aprofundar o investimento na Museologia, promover o reforço das capacidades a nível municipal com a continuação do programa «um auditório por Município», o equipamento e modernização das salas de espetáculos municipais; a formação em gestão de espaços culturais; a promoção de uma Agenda Nacional de rotatividade de arte e cultura;
7. O desenvolvimento das artes cénicas, o aprofundamento do investimento no artesanato, na dança e nas Artes e design, a continuação do investimento na música e nas indústrias criativas, a criação de resiliência cultural e o reforço promoção da moda e da publicidade.

4.6. Garantir um contexto favorável ao desenvolvimento sustentável

4.6.1. Ambiente de negócios

O Movimento para a Democracia está ciente dos constrangimentos naturais de uma economia pequena e insular face na realização das performances próprias de alguns indicadores ranking do *Doing Business* e privilegia, por isso, a melhoria progressiva e sustentada do respetivo score ao invés do foco no ranking relativo.

O Movimento para a Democracia assume implementar reformas de base tecnológica, alavancando o respetivo capital humano e melhorando de forma expressiva a performance da administração pública para servir da melhor forma o investimento e a criação de

emprego, em especial através dos sectores catalíticos, ancorado na posição geoestratégica do país.

O Movimento para a Democracia assume promover políticas para atingir, no horizonte 2026, um score ou distancia à fronteira das melhores práticas mundiais correspondente ao terço superior, o que corresponde a uma pontuação superior a um Score de 67 e em consequência uma classificação no ranking do DB no top 70 de países elencados.

Para realizar esta ambição, o Movimento para a Democracia priorizará no decurso da próxima legislatura:

1. A utilização da tecnologia, incluindo em reformas fundamentais para a melhoria do desempenho da administração pública, incluindo, entre outras, alavancar o uso do Sistema Nacional de Identificação e Autenticação na sua vertente online, nomeadamente a assinatura digital a introdução da Janela Única de Comércio Externo para harmonizar e otimizar o relacionamento com todos os intervenientes no processo de importação e exportação, a introdução e disseminação da fatura eletrónica, a operacionalização do registo online de garantias móveis para efeitos de concessão de crédito e a expansão progressiva do cadastro predial unificado a todas as ilhas.

A implementação destas reformas possibilitará a melhoria e alavancagem de vários serviços de base online, incluindo o, desenvolvimento dos serviços judiciais (e-Judiciários), a criação de empresas, a solicitação de licenças de construção e de ligações de eletricidade, o acesso a certidões de registos de propriedade, os registos de bens móveis para efeitos de garantia para acesso ao crédito, o pagamento online de impostos e a submissão e processamento eletrónico de todas as declarações tributárias e demais pedidos de licenças e ligações que tradicionalmente exigem a deslocação a espaços físicos.

2. A reforma legislativa para adequar todas as leis e normativos existentes, garantindo o alinhamento com as reformas tecnológicas.

4.6.2. Garantir a consolidação orçamental

Durante o período 2016-2019, Cabo Verde conheceu ganhos substanciais na gestão das finanças públicas, nomeadamente, a implementação de um conjunto de reformas a nível do planeamento, da administração tributária, gestão orçamental e do endividamento, além da resolução de pendências encontradas na administração pública. O deficit público permaneceu sempre inferior aos 3% do PIB e a razão dívida pública/PIB mantinha uma tendência decrescente. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (2019) o país poderia atingir 100% da dívida pública/PIB entre 2023/2024. O *Worldwide Governance Indicators* (WGI) do Banco Mundial mostram que entre 2016 e 2019, Cabo Verde teve ganhos relativamente a eficácia do governo.

Contudo, com a pandemia da COVID-19, a posição orçamental do país foi largamente afetada em 2020. Além da forte queda nas receitas correntes em cerca de 30%, o Governo tomou um conjunto de medidas para atenuar os impactos sanitários, económicos e sociais da pandemia nas famílias e empresas. Com a diminuição esperada da atividade económica em cerca de 14%, o endividamento para fazer face a queda nas receitas e o aumento das despesas com a COVID-19, a dinâmica da redução da dívida pública foi interrompida e o stock da dívida em relação ao PIB passará de 124,1% em 2019 para cerca de 151,1% em 2020.

O MpD reconhece que no contexto de Cabo Verde em que o regime cambial é fixo, a política orçamental assume um papel de grande importância na estabilidade macroeconómica e no desenvolvimento sustentável do país. Sendo assim, assume o compromisso de continuar a apoiar as reformas orçamentais assumidas no PEDS e reforçadas no *Policy Coordination Instrument* (PCI) assinada com o FMI em meados de 2019, cuja avaliação foi muito positiva, mesmo num contexto de crise da pandemia. Assume a imperatividade da aposta forte na coordenação económica visando o crescimento, para se conseguir resultados significativos na consolidação orçamental.

O MpD propõe a continuidade de ações que melhorem a eficácia da administração tributária, resultando no combate a evasão fiscal e no alargamento da base tributária. Assume a meta de elevar as receitas fiscais a cerca de 24,6% do PIB em 2026 e a aposta na digitalização e medidas de racionalização das isenções, aliadas a ações de combate ao *gap* na arrecadação, fundamentais para sustentar esse objetivo.

A consolidação orçamental será acompanhada da melhor racionalização das despesas públicas e assim, o MpD assume o compromisso de apoiar o Governo em manter uma política de contenção das despesas não prioritárias, além de reestruturar as despesas obrigatórias, visando uma maior eficiência das despesas públicas no crescimento económico e na inclusão social. Isso, traduz-se no compromisso com a melhoria do resultado do saldo primário, permitindo mais investimento públicos com recursos endógenos e no apoio à sustentabilidade das finanças públicas.

Cabo Verde a semelhança dos demais Pequenos Estados Insulares, possui como principais riscos macro-fiscais, a pandemia da COVID-19 que impacta negativamente o setor do turismo e as demais cadeias de valores conexas, as alterações climáticas e as empresas públicas. O MpD ciente disso, apoiará o Governo num ambicioso plano para a vacinação da população, fechando o ano 2021 com cerca de 70% dos residentes vacinados e atingir 100% em 2022. Apoiará de igual modo projetos sustentáveis de reforço a resiliência do país face as mudanças climáticas, sobretudo mobilizando financiamento junto aos *Blue* e *Green Funds/Bonds*. Visando maior competitividade das empresas públicas e a redução dos riscos macro-fiscais que as mesmas comportam, o MpD assume o compromisso de apoiar o Governo no âmbito das modalidades de reestruturação, privatização, concessões e parcerias público-privadas.

O MpD assume o compromisso com a sustentabilidade da dívida pública e nesse sentido apoiará políticas de endividamento prudente, com algo grau de concessionalidade, com o objetivo de a médio prazo reduzir o rácio da dívida pública/PIB para menos de 100%. A par disso, com base na Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde, o MpD apoiará o Governo na negociação do perdão, ainda que em parte, da dívida externa, seja pela modalidade de permuta da dívida existente por projetos estruturantes que promovam a resiliência do país e a diversificação económica, com ganhos no mercado de trabalho e na posição externa e orçamental.

4.6.3. Acelerar a transição energética e a descarbonização da economia de Cabo Verde

O MPD vai dar continuidade e acelerar o processo de transformação do setor da Energia para um setor seguro, eficiente e sustentável, de modo a fazer avançar o País em direção a uma economia de baixo carbono, reforçando ao mesmo tempo a competitividade económica do país.

Uma política energética focada na redução da dependência da importação de combustíveis fósseis e preocupada em **Assegurar o acesso universal a uma energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.**

Compromissos

Desenvolvimento das Energias Renováveis, aproveitando o grande potencial de recursos endógenos renováveis nomeadamente na vertente eólica e solar, quer na produção integrada no sistema elétrico público, quer na geração distribuída.

Aposta na Mobilidade Elétrica rodoviária e marítima para maior utilização das energias renováveis e ser um importante acelerador da desarboreização da economia do país.

Vamos nos próximos cinco anos duplicar a quantidade de energia renovável produzida atualmente em Cabo Verde, e continuar a criar condições para o país alcançar a sua ambição 2030 de ultrapassar 50% de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis.

Cabo Verde com muito mais eletricidade produzida a partir de fontes renováveis competitivas, em grande e pequena escala, com menos custo, sustentável e segura.

Promoção da Eficiência Energética como fator fundamental para reduzir a fatura energética, melhorar a competitividade económica e diversificar a atividade industrial. Um acelerador para a criação no país de competências de prestação de serviços energéticos a nível regional e internacional.

Tudo e todos eficientes. Operadores, tecnologias e consumidores produzindo, distribuindo e consumindo energia necessária, amiga do ambiente, numa rede inteligente e com menos custo.

Reforço Institucional e Melhoria do Ambiente de Negócios. Continuar e consolidar as reformas em curso no sector energético para um quadro institucional mais eficiente e coerente com a visão de um Estado parceiro, promotor, dinamizador e regulador de um mercado de produção e de oferta de energia sustentável, inovador e eficiente.

Sector da Energia dotado de instrumentos de gestão e de regras transparentes nos processos decisórios e nas relações comerciais com os clientes.

Reforma da Estrutura Organizacional do Mercado Energético, com a implementação do novo figurino da estrutura de organização do setor elétrico, separação vertical e ***criação da figura do Operador Nacional do Sistema e Comprador Universal*** da energia produzida por produtores independentes. Essa nova entidade, coração do sistema elétrico, vai garantir uma operação transparente do despacho dos produtores, bem como do sistema de controle e de gestão dos fluxos financeiros dentro da cadeia de valor.

Introdução de reajustes no Sistema Petrolífero Nacional para contemplar a integração de Gás Natural como opção para o mercado “Bunkering”, e como um primeiro estágio de transição para o Hidrogénio Verde.

Continuar a investir em Infraestruturas Estratégicas, de modo a garantir a resiliência do sistema, a promoção da integração das renováveis, o acesso universal e o fomento à inovação e desenvolvimento tecnológico.

Garantir a todos, em todos os lugares, a disponibilidade e o acesso a eletricidade com elevado nível de penetração de energia renovável com menos custo.

Fomento Empresarial, Pesquisa & Desenvolvimento explorando o potencial do setor dos serviços ligados à transição energética enquanto gerador de empregos tanto ao nível interno como numa perspetiva de exportação e fazer do país um laboratório natural de serviços relacionados com a investigação aplicada em energias renováveis.

Inclusão e Equidade do Género através da consolidação dos importantes ganhos obtidos pelo País em matéria do acesso digno à energia elétrica e de igualdade de oportunidade no emprego e formação, com enfoque na maior inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade económica.

O Movimento para a Democracia pretende acelerar a mobilidade elétrica, implementando a Carta de Política para a Mobilidade Elétrica a nível nacional através de um amplo programa visando até 2026 a substituição de ¼ da frota nacional, incluindo transportes passageiros, escolares, minibus e táxis por veículos Elétricos; instalação de Infraestruturas de Carregamento de VE, com licenciamento de exploração a operadores privados em todas ilhas Cabo Verde; criar, instalar e operacionalizar uma plataforma para a gestão (informação, licenciamento de operadores) da Mobilidade elétrica em Cabo Verde; tornar obrigatório nas aquisições de viaturas para a administração pública, chefias e membros do Governo de pelo menos 30% ser VE; promover a mobilidade elétrica na economia marítima designadamente a aquisição de motores elétricos, incluindo baterias e painéis, para embarcações de pescas e; Fomentar projetos pilotos de I&D aplicada a V2G (Vehicle-to-grid).

4.6.4. Desenvolver os transportes aéreos para reforçar a conectividade interna e internacional

Sendo Cabo Verde um país insular, composto por 10 ilhas, uma economia micro, muito dependente do Turismo e com uma comunidade emigrante espalhada pelos quatro cantos do mundo, o setor dos transportes aéreos assume determinante importância no desenho da estratégia de desenvolvimento que se pretende para o país. E o Governo da IX Legislatura identificou esse sector como o pilar essencial para a materialização conceito **Cabo Verde – país/plataforma de serviços** que corporiza a estratégia de desenvolvimento económico definido e que foi traduzido na criação do hub aéreo do Sal. Por outro lado, a condição de insularidade do país obriga que assim seja na medida em que todo e qualquer setor de atividade está dependente do funcionamento eficaz do sistema de transportes, seja na ligação inter-ilhas para permitir a unificação do mercado, seja na ligação com o mundo para permitir a mobilidade de pessoas/consumidores e cargas, essencial para a viabilização económica do país.

Por outro lado, o Movimento para a Democracia criará as condições para que no domínio dos transportes aéreos se prossiga com determinação em poder tirar proveito da insuficiência de ligações em Africa e fazer de Cabo Verde um dos *hub* do continente africano, pretensão já delineada pela União Africana com suporte do BAD.

Com a eclosão da COVID-19, as medidas de restrição de mobilidade de pessoas impostas em todo mundo desferiram um grande golpe ao setor e Cabo Verde não é exceção. Assim, tendo em conta a lentidão da retoma deste setor, sem por de lado a opção de criação do hub aéreo do Sal, exigem-se medidas de curto prazo no setor dos transportes

aéreos para se adaptar à retração do mercado e responder às necessidades da comunidade emigrante e da estratégia de diversificação do turismo.

O MPD propõe um conjunto de medidas que deverão dar continuidade a visão que se tem do setor e que se resumem ao seguinte:

- Criar as condições para a criação de uma Zona Económica Exclusiva de Economia Aérea com o epicentro na ilha do Sal, contemplando o desenvolvimento de uma plataforma de redistribuição de pessoas e cargas entre os três continentes banhados pelo atlântico, a criação de um setor exportador de alto valor acrescentado e um mercado de serviços de apoio;
- Dar continuidade ao processo de privatização da CVA, passada a crise pandémica, procurando dotar a empresa de uma gestão eficaz, moderna e competitiva, enquanto peça essencial para a montagem do hub da ilha do SAL e poder atuar no mercado internacional marcado por uma concorrência cada vez maior;
- Dar continuidade ao processo de concessão da gestão dos aeroportos nacionais, visando aumentar o nível da qualidade de serviço prestado, a eficiência na gestão e apoiar na montagem do hub aéreo mediante a atração de operadores aéreos de renome que possam explorar os ganhos da localização do país;
- Criar condições para a instalação de um centro de manutenção de aeronaves em parceria com uma das marcas mais utilizadas nos países vizinhos (ATR, EMBRAER, ...) tirando proveito do *know how* acumulado ao longo de anos nas oficinas da TACV e do Instituto de Turismo e Aeronáutica Civil a ser criado;
- Relativamente aos transportes domésticos criar condições para a adoção do mecanismo de Obrigação de Serviço Público em determinadas linhas consideradas estruturalmente deficitárias;
- A nível de infraestruturas aeroportuárias, o projeto do aeroporto de Santo Antão seja continuado e demais aeroportos e aeródromos sejam alvo de obras de manutenção e de equipagem;
- O quadro regulatório seja revisto para que a competitividade do país seja robustecida, numa realidade pós-pandemia que se prevê muito mais concorrencial no domínio do transporte aéreo;
- Seja criado um quadro de financiamento da formação de quadros para a indústria da aviação civil, subsidiado pelo Estado;
- Sejam multiplicados os Acordos Aéreos com mais países para permitir o fomento da conectividade do arquipélago com o exterior.

4.6.5. Água e saneamento para todos

O Movimento para a Democracia regozija-se com os avanços da reforma do setor da água e saneamento e em especial com a empresarialização dos serviços de água e saneamento com ganhos para os consumidores, com dos avanços em matéria de gestão dos resíduos sólidos urbanos. Regozija-se com os investimentos na diversificação das fontes de mobilização de água, na distribuição e pela aposta sem reservas nas fontes de energias renováveis. Está ciente de que os ganhos socioeconómicos extraordinários alcançados, mau grado os três anos de seca graças seus impactos na mobilização de água, devem-se em boa parte à governança do sector da água e saneamento e que graças às reformas.

O Movimento para a Democracia está ciente de que os impactos negativos das alterações climáticas condicionam e agravam consideravelmente a disponibilidade e o acesso aos benefícios e serviços ambientais básicos, nomeadamente a água de qualidade e em quantidade desejadas para a satisfação das necessidades das populações e das atividades económicas em geral e da agricultura em particular, a custos abordáveis, para que os avultados investimentos necessários na sua mobilização não condicionem o próprio consumo de água em seus diferentes usos múltiplos. Está também ciente de que no domínio da água, o País ainda está confrontado com desafios importantes na redução das perdas económicas que deverão merecer toda a atenção.

O Movimento para a Democracia promoverá ao longo da próxima legislatura, a melhoria do ambiente de negócios para atrair os investimentos privados na ampliação da capacidade de mobilização e distribuição de água no consumo doméstico e nas atividades económicas para melhorar a qualidade dos serviços, ampliar o número de beneficiários dos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

O Movimento para a Democracia assume criar as condições para a massificação das redes de abastecimento de água, garantindo a todos os domicílios o acesso ao abastecimento de água por meio de rede pública e elevar o consumo médio per capita de 43 para 90 litros por dia; apostar nas energias renováveis para reduzir o custo médio de produção e distribuição por Quilowatt/metro cúbico de água dessalinizada no consumo doméstico; massificar a dessalinização da água do mar na agricultura irrigada e; promover a universalização da telegestão de todos os sistemas de produção e distribuição de água a nível nacional.

O Movimento para a Democracia assume criar as condições para o investimento na segurança inteligente dos sistemas de produção e distribuição de água; promover o fomento da pesquisa e investigação aplicadas nos domínios de saneamento e recursos hídricos; institucionalizar a semana e o festival nacional de água e o Prémio Nacional da Água e Prémio Júnior da Água;

O Movimento para a Democracia assume criar as condições para a densificação das redes de drenagem de águas residuais para cobrir mais de metade dos domicílios e garantir que mais de metade das águas residuais sejam tratadas e reutilizadas na agricultura.

No domínio dos resíduos sólidos urbanos, o Movimento para a Democracia assume criar as condições para qualificar o Aterro Sanitário de Santiago para um centro de serviços, encerrar as lixeiras municipais de Santiago, Santo Antão, Fogo, Brava, Maio, São Vicente e Boa Vista e qualificar os aterros controlados de São Vicente, Fogo e Santo Antão.

O MpD assume criar as condições para o investimento em projetos estruturantes de abastecimento de água no consumo doméstico, seja de dessalinização de água do mar, de saneamento das águas residuais, de drenagem das águas pluviais e correção torrencial, de tratamento das águas residuais e seu uso na agricultura e de dessalinização de água salobra e do mar na agricultura irrigada, com total assunção, pelo Estado, dos custos iniciais de investimentos no capital

O MpD assume criar as condições para o investimento em projetos estruturantes no domínio da gestão dos resíduos sólidos urbanos, como construção de aterros controlados, conversão dos aterros controlados em aterros sanitários, encerramentos de lixeiras e construção dos centros de serviços nos aterros sanitários com assunção pelo Estado da totalidade dos custos iniciais de investimentos no capital.

4.6.6. Investigação e desenvolvimento sustentável

O Movimento para a Democracia está ciente de que as Instituições Académicas de Investigação (IAI) se têm dedicado à investigação básica, com o potencial para reforçar o conhecimento e ser aplicado fora da academia, mas necessitam de um alinhamento com as estratégias de desenvolvimento nacional. Reconhece também que as Instituições não Académicas de Investigação (InAI) produzem investigação aplicada, mas também precisam de alinhar a sua agenda de forma proactiva e estratégica, em consentânea com os desafios do desenvolvimento do país.

O MpD reconhece as fragilidades em matéria de financiamento das instituições cabo-verdianas de investigação, um baixo aproveitamento da investigação colaborativa e um baixo uso de redes e laboratórios internacionais.

O MpD está ciente de que Cabo Verde, como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, pode ampliar as bases do seu desenvolvimento, criar mais resiliência e competitividade, diversificar a sua economia, apostando e investindo na investigação para acelerar o progresso. Que as opções tendentes à diversificação da economia, devem ser baseadas em evidências (*evidence-based policies*) e investindo na Ciência, em um só tempo esta confere ao decisor capacidade preditiva para antecipar mudanças geradoras de impactos sociais, ambientais e económicos, maximizando os benefícios e minimizando ou mesmo eliminar os custos com impactos negativos.

O MpD dotará o país de uma política de investigação científica e tecnológica que edifica uma sociedade de conhecimento, com padrões de qualidade e eficiência, de referência global, baseada no intercâmbio entre as capacidades culturais e científicas às escalas nacional e internacional e no aproveitamento das vantagens comparativas, promovendo a inovação e o desenvolvimento científico integrado e transversal.

O MpD compromete-se a:

Criar um marco regulatório único para o financiamento da Ciência e Tecnologia (C&T), gerida pela entidade setorial que tutela o Ensino Superior, Ciência e a Investigação, com a subsidiação através do Orçamento de Estado em até 2% do PIB;

Proporcionar políticas de incentivos ao alinhamento da investigação nas IAI e nas InAI com as áreas prioritárias de desenvolvimento nacional;

Dotar o país de um Estatuto de Investigador, acautelando a sua efetiva implementação, com base na inter-conversão entre a docência, a investigação e o emprego científico-tecnológico nas empresas públicas ou privadas;

Promover elevada adequação das estruturas internas de apoio à investigação e prestação de serviços nas universidades públicas e a disponibilização de recursos para a investigação, publicação e participação em eventos científicos, através de editais públicos, em áreas estratégicas de desenvolvimento nacional;

Criar um corpo de legislação sobre o uso cooperativo dos laboratórios públicos e equiparados existentes no país e o transporte nacional e internacional de amostras para fins de investigação;

Institucionalizar, através da adequada legislação, a obrigatoriedade da inclusão de pelo menos metade das IAI ou InAI, bem como investigadores certificados, nos short-lists

dos concursos públicos para prestação de serviços referentes á consultorias científicas e/ou trabalhos afins;

Premiar financeiramente as Instituições de Ensino Superior e InAI com taxas de projetos com resultados transferidos para tecido económico e social, de forma a criar vínculos fortes entre as atividades de (C&T) e os setores produtivos.

Para tanto, o MPD priorizará:

1. A institucionalização da subsídio orçamental das Universidades Públicas perante a assinatura do Contrato-programa; o reforço do lançamento de Editais Públicos para financiar projetos de investigação, participação em eventos científicos e edição de livros e revistas; a indexação do financiamento da pós-graduação à investigação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.
2. A realocação de recursos públicos com base em incentivos de alinhamento entre as atividades científicas, as áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o tecido produtivo nacional; a recentragem da gestão e financiamento de atividades científicas, com ganhos de escala na produtividade, no uso sinérgico de recursos, na divulgação e transferência de conhecimentos e;
3. A promoção de iniciação, coparticipação e cofinanciamento no labor e desenvolvimento científicos.

4.6.7. Desenvolver a economia social e solidária

O Movimento para a Democracia reconhece que o País dispõe de um conjunto de leis que potencia a intervenção das organizações de economia social e solidária. Reconhece e valoriza os ganhos realizados durante a IX^a legislatura, em parceria com a Plataforma das OSC e da Associação Profissional das Instituições de Microfinanças de Cabo Verde com uma nova política de relacionamento institucional e financeiro com as OSC/ESS, com um quadro institucional transparente e previsível, mudanças essas que representam um salto enorme que veio devolver credibilidades às OSC, mas que precisa ser melhorado substancialmente nos próximos cinco anos.

No novo ciclo da governação 2021-2026, o Movimento para a Democracia continuará este percurso, num quadro legal e institucional mais favorável, com a incorporação progressiva das OSC em políticas públicas consistentes, tanto a nível dos governos nacionais, regionais e locais e não encarando a Economia Social e Solidária como uma economia de reparação ou de mitigação as externalidades negativas do mercado ou das insuficiências das políticas públicas.

Para o Movimento para a Democracia, Cabo Verde reúne as condições básicas, do ponto de vista legal e institucional, político, de conhecimento e da sua “praxis” com vista à estruturação de uma política pública de promoção e desenvolvimento da economia social e solidária consistente, tanto a nível nacional, como a nível municipal. Está alinhado com os estudos, declarações e resoluções produzidos a nível internacional, tanto por atores de ESS, Organismos Multilaterais, Universidades, Centros de Pesquisas Especializados, bem com os ODS e a Agenda 2030, sob o princípio de ***não deixar ninguém para trás***.

Assim, o MpD propõe para a X^a Legislatura – 2021-2026 as seguintes medidas de política, visando o reforço e o desenvolvimento da Economia Social de Mercado que defende, para o «setor» da Economia Social e Solidária:

Melhoria do quadro legal

- a) Criação e operacionalização do Conselho Nacional para a Economia Social “CNES”, enquanto “órgão de acompanhamento e de consulta do Governo no domínio das estratégias e das políticas públicas de promoção e de desenvolvimento da economia social”, prevista na Lei da Economia Social;
- b) Aprovação de um Código Cooperativo, em coerência com as definições e opções adotadas pelo País, retirando as sociedades cooperativas, devido á sua natureza e fins, do Código das Empresas Comerciais;
- c) Aprovação de um Código das Mutualidades de fins sociais, prioritariamente nos setores da saúde e proteção social, integradas, de forma complementar no sistema Nacional de Proteção Social;
- d) Aprovação de uma lei sobre as Instituições Privadas de Solidariedade Social;
- e) Revisão do regime jurídico das fundações;
- f) Aprovação de um estatuto fiscal específico para as entidades de economia social;
- g) Aprovação de um Plano de Contas específico para as OSC de fim não lucrativo, excetuando as sociedades cooperativas, as mutualidades e as empresas sociais;
- h) Aprovação de um regime jurídico de financiamento público às OSC de fim não lucrativo;
- i) Alargamento da lei de contratação pública às entidades de economia social e solidária, no âmbito da promoção do mercado público inclusivo.

Criação do quadro institucional e adoção dos instrumentos de política

- a) Criação na orgânica do Governo de uma estrutura ou serviço responsável pela conceção, coordenação e monitoria das políticas públicas para o desenvolvimento da ESS;
- b) Introdução no Orçamento do Estado de uma rubrica específica destinada ao «setor» da ESS na linha do que se vem fazendo em relação ao orçamento sensível ao género;
- c) Elaboração do Programa de Desenvolvimento da ESS, de âmbito nacional, regional e local, no quadro do próximo PEDS e da sua regionalização e territorializado no quadro do PEMDS;
- d) Reforço do capital humano para o setor, através da formação de técnicos especialistas em ESS, mobilização da assistência técnica internacional especializada da Administração Central e dos Municípios, bem como dos dirigentes e gestores das entidades da Economia Social e Solidária;
- e) Apoio à investigação aplicada, com o envolvimento da Academia e Instituições de Pesquisa, com vista à produção de conhecimentos sobre a prática cabo-verdiana, articulando-a com as melhores praticas internacionais em cooperação com as Universidades estrangeiras;
- f). Definir, em concertação com o INE, os indicadores sociais e económicos, com vista a avaliar a contribuição da ESS no desenvolvimento do País e na implementação dos ODS, alinhados com o próximo PEDS e a Ambição Cabo Verde 2030.

4.6.8. Promover a integração regional

Cabo Verde é membro da União Africana (UA) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) desde 1975. Porém, por razões várias, não tem sido regular nem ativo no processo de Integração Regional nem nos trabalhos e decisões dos órgãos dessas organizações ou por eles mandatados.

O MpD está ciente de que esta passividade criou lacunas que requerem diligências recorrentes em prol de aproximação de Cabo Verde à região e, conseqüentemente, o aceleramento o seu processo de integração regional, numa base consentânea com os valores da democracia, dos direitos humanos e da boa governação, fazendo jus da sua situação geoestratégica, tendo em consideração que quanto melhor integrado o país estiver na sub-região, maior é a possibilidade de explorar as relações de parceria com outras regiões.

De igual modo, o MpD está ciente de que a integração regional requer coerência e alinhamento com as realidades tangíveis e intangíveis de Cabo Verde, este enquanto pequeno Estado insular e arquipelágico, com especificidades e vulnerabilidades que o distingue de outros Estados da sub-região.

Neste quadro, o MpD assume o compromisso de dinamizar a participação de Cabo Verde na região, enquanto membro de pleno direito da UA e da CEDEAO, dando novo impulso à integração regional, ser útil e confiável no concerto das nações africanas. O MPD assume o compromisso de reforçar o diálogo e estreitar as relações políticas e de cooperação nas mais diversas áreas com os Estados da Região, com especial destaque para os parceiros membros dos **PALOP** e da **CPLP**, com os quais partilha a língua portuguesa. De igual modo, o MPD advoga o reforço de laços de irmandade e fraternidade com **Senegal, Nigéria, Costa do Marfim e Gana**, pela vizinhança e pelas suas posições charneiras na CEDEAO, tendo sempre presente outros membros da grande família africana, com destaque para **África do Sul, Marrocos e Egito**. O MPD assume promover políticas para reforçar relações com todos esses países, atrair investimentos e mobilizar recursos financeiros, públicos e privados, aproveitando desta forma, as oportunidades que se prevêm no mundo pós-covid-19.

Fazendo recurso ao Tratado Revisto da CEDEAO que recomenda um desenvolvimento equilibrado da sub-região e tratamento diferenciado para Estados insulares, o MPD priorizará negociações pontuais nos seguintes itens: Taxa Comunitária; Tarifa Externa Comum; Circulação de Bens; Investimento e Financiamento de Desenvolvimento; Livre Circulação de Pessoas, entre outros.

A nível do continente, o MpD dispensará uma atenção especial ao **novo Acordo de Parceria** entre a África e União Europeia que substitui o Acordo de Cotonou, ciente de que esse novo Acordo assentará nos valores e princípios caros ao MPD, nomeadamente: direitos humanos; democracia e boa governação; paz e segurança; desenvolvimento humano e social; sustentabilidade ambiental e alterações climáticas; desenvolvimento e crescimento económico sustentável e inclusivo; migração e mobilidade.

No quadro de prestação de serviços à Região, o MpD assume o compromisso de criar:

- Um Polo estratégico em torno do cluster do ar e do mar.
- Um Pólo estratégico em torno do desenvolvimento do conhecimento e das ciências e tecnologias;

- Um Pólo estratégico em torno das energias renováveis e crescimento;
- Um Pólo estratégico em torno de desafios para turismo e prestação de serviços;
- Um Pólo em torno da plataforma industrial, comercial e transformação de agrícola;
- Um Pólo estratégico em torno do desenvolvimento da plataforma cultural e das indústrias criativas.

4.6.9. Cabo Verde país resiliente

O Movimento para a Democracia está ciente do estado de emergência climática em que nos encontramos e defende uma atitude responsável e de respeito para com as gerações atuais e futuras. Está ciente de que as mudanças climáticas são hoje uma realidade e têm um impacto inegável. Que Cabo Verde está muito exposto aos impactos negativos das Mudanças Climáticas, e que provavelmente aumentará a frequência e a gravidade dos riscos hidrometeorológicos (cheias, inundações e secas) e possíveis aumentos do nível do mar. Que Cabo Verde deve preparar, criando uma resiliência que permita lidar com os fenómenos associados a estas mudanças.

O Movimento para a Democracia assume nesta década promover as condições para que Cabo Verde possa minimizar os impactos das mudanças climáticas por meio de ações planeadas e concertadas a todos os níveis e será um pequeno estado insular seguro, dispondo de todas as capacidades necessárias favoráveis de aproveitar as oportunidades providas pelas mudanças climáticas para tornar-se mais sustentável, inovador e resiliente.

O MPD assume promover políticas para:

A melhoria da Governança Climática, arranjos institucionais e Planeamento sensível ao clima; a melhoria da resiliência local, combatendo a pobreza e identificando oportunidades de adaptação e de desenvolvimento de baixo carbono ao nível comunitário, a incluir no planeamento Municipal; o fortalecimento das ações de adaptação para enfrentar as vulnerabilidades atuais e futuras (V&A); a implementação de ações de mitigação em benefício do desenvolvimento do país; a compreensão das mudanças climáticas e implementação de respostas concertadas e planeadas a eventos climáticos extremos, com base em dados científicos e; a ampliação da Informação, Educação, Sensibilização e Capacitação sobre as mudanças climáticas.

Para tanto o MPD priorizará no decurso do próximo ciclo governativo:

- O estabelecimento de uma nova governança para o Clima, incluindo a criação de uma Autoridade Pública, para garantir o planeamento, gestão e implementação da política climática do País;
- Promover a integração das mudanças climáticas nas políticas, planos e estratégias a todos os níveis (Sectorial e Espacial), a fim de levar em conta os riscos e oportunidades das mudanças climáticas na tomada de decisões e implementação;
- A implementação de um modelo de coordenação institucional eficaz entre estruturas de governação a múltiplos níveis, tal como uma articulação com outros setores que possam influenciar ou ter impacto sobre a resiliência às MC;
- Fortalecer ações de adaptação às mudanças climáticas, levando em consideração as reais necessidades do país e implementar medidas para criar resiliência e minimizar as vulnerabilidades aos impactos das mudanças climáticas;

- Elaborar e manter atualizado mapas de vulnerabilidade e de risco aos efeitos negativos das mudanças climáticas, para todo o território nacional;
- Fortalecer as capacidades institucionais e de recursos humanos, a fim de abordar de forma eficaz e eficiente todos os aspetos das mudanças climáticas, nos níveis sectoriais ou seja das políticas, estratégias e planos nacionais nos diversos setores e espacial, ou seja, do comunitário para o local, ilhas e país;
- Garantir que todos os Municípios tenham Planos de Resiliência climáticas elaborados;
- Adquirir maior conhecimento acerca das emissões de Gases com Efeito de Estufa, das interações climáticas e da qualidade do ar, para fins de mitigação, prevenção a desastres e ações de saúde de qualidade de vida;
- Desenvolver instrumentos aprimorando os acordos de governança e a capacidade de mobilizar e gerir os fundos e recursos para a gestão das mudanças climáticas e riscos de desastres;
- Dotar os sectores chave de desenvolvimento ou seja dos recursos hídricos, agricultura, saúde, zonas costeiras e turismo com Planos de Resiliência climáticas;
- Garantir mobilidade sustentável nas cidades, apoiada por tecnologias limpas e planeamento urbano inteligente;
- Constituir uma rede de monitorização da qualidade do ar em todo o território nacional;
- Promoção contínua da investigação e do desenvolvimento e transferência de tecnologia e gestão adaptativa a fim de melhorar a compreensão e a tomada de decisões em resposta às mudanças climáticas;
- Incentivar, de forma contínua, soluções baseadas na natureza, nomeadamente, junto de municípios, empresas ou particulares, que apresentem propostas adequadas de adaptação às alterações climáticas com base nas soluções baseadas na natureza.

4.6.10. Preservar a biodiversidade, a geodiversidade e a qualidade ambiental

O Movimento para a Democracia está ciente dos ganhos conseguidos nos últimos anos com a preservação da biodiversidade, da geodiversidade e na promoção da qualidade ambiental, bem como das vulnerabilidades que ainda persistem num território insular, de poucos recursos naturais exploráveis, com um ecossistema frágil, com uma população em crescimento e sujeito a diversos eventos externos como os efeitos das mudanças climáticas

O Movimento para a Democracia assume criar as condições para que até 2026, Cabo Verde proteja, recupere e valorize a sua biodiversidade e geodiversidade, promova a utilização sustentável destes recursos, potencie mecanismos de participação e de apropriação dos benefícios, de forma justa e equitativa, contribuindo para a promoção da qualidade ambiental e do desenvolvimento sustentável do país.

O Movimento para a Democracia assume promover políticas para:

- A sustentabilidade ambiental de uma forma coerente em todo o território nacional; reforçar a regulamentação, inspeção e a auditoria ambiental;

- A melhoria da governança ambiental com foco na melhoria da coordenação intersectorial para assegurar a implementação harmoniosa de políticas e regulamentos ambientais;
- A Consolidação e a melhoria da promoção da Rede Nacional de Áreas Protegidas, dos Sítios Ramsar e das Reservas da Biosfera; a criação de uma rede de monumentos naturais onde a conservação da geodiversidade dará origem a novos polos de atração turística e do conhecimento;
- Um modelo de governança que melhore a adequação e integração da gestão da biodiversidade e da geodiversidade;
- A garantia de que os componentes ambientais de conservação da natureza e preservação da biodiversidade, da geodiversidade e das paisagens sejam consideradas no âmbito das políticas públicas para os sectores agrícola, das pescas, da exploração de recursos naturais, da energia, do ordenamento do território e do Turismo;
- O reforço da prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras e de doenças e pragas agrícolas e florestais, em particular nas áreas protegidas;
- Um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais como medida de combate à degradação ambiental e compensação de iniciativas individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistémicos.

Para tanto o Movimento para a Democracia priorizará:

- O estabelecimento de princípios básicos, em forma de regulamentação, de relações de parceria entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil ambientais;
- Criar uma comissão multidisciplinar, técnica e científica, com o objetivo de avaliar e apresentar propostas para mitigação da poluição luminosa e controlo da luz artificial à noite nos locais de desova das tartarugas marinhas e nas rotas migratórias de aves noturnos;
- A elaboração de um Cadastro Nacional dos Serviços dos Ecossistemas;
- A revisão do Plano Nacional de Educação Ambiental e adequá-lo aos novos contextos e desafios nacionais e internacionais;
- O desenvolvimento de esforços para o controlo e fiscalização da entrada e detenção de espécies exóticas com potencial nefasto, como medida preventiva de base à entrada destes organismos, que podem pôr em causa o equilíbrio dos nossos ecossistemas;
- O desenvolvimento de programas de educação ambiental para a economia circular, gestão dos resíduos e utilização sustentável dos recursos hídricos, cujo público-alvo irá desde a comunidade escolar ao sector empresarial;
- A proteção, através de legislação, os elementos geológicos que pela sua singularidade, valor científico e suas relevâncias são importantes para a compreensão dos fenómenos que as modelaram;
- A implementação uma estratégia nacional de geoconservação;
- A rentabilização das infraestruturas de apoio aos visitantes existentes nas áreas protegidas e de outras infraestruturas ou equipamentos públicos existentes;

- A revitalização os espaços florestais através de um coberto vegetal diversificado, resiliente e adaptado às novas exigências climáticas;
- Estabelecer uma Rede nacional de Centros de Interpretação Ambiental, aumentar a sua promoção e assegurar a manutenção e atualização dos respetivos conteúdos;
- Aumentar a representatividade das Áreas Marinhas Protegidas (AMP), para proteção marinha nas áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços dos ecossistemas
- A revisão, sempre que necessário, dos Planos de Gestão e Ordenamento das Áreas Protegidas;
- O reforço das ações de sensibilização à população para a importância da preservação da biodiversidade e respetivos ecossistemas e da geodiversidade de modo a assegurar que a mesma possui um elevado sentido de respeito pelos mesmos, reconhecendo a sua importância ambiental, social e económica;
- O fomento de parcerias entre Parques Naturais e Reservas da Biosfera, nacionais e internacionais, no sentido de promover a sua divulgação e conhecimento;
- A promoção das Reservas da Biosfera do Maio e do Fogo, bem como dinamizar o uso da marca «Reserva da Biosfera» nos produtos e serviços com origem nas ilhas classificadas;
- A elaboração anual do Relatório sobre o estado e a qualidade do ambiente em Cabo Verde.

4.7. Gestão do território, desenvolvimento urbano, infraestruturação para o desenvolvimento e habitação

4.7.1. Gestão sustentável do território e desenvolvimento urbano

O MPD está ciente de que a sustentabilidade do território passa pela definição e implementação de políticas assertivas que permitam um aproveitamento durável do solo e das águas territoriais através de um maior conhecimento e valorização dos recursos biofísicos, sociais e materiais, pela preservação e valorização do património natural, paisagístico e cultural, por uma maior consideração dos riscos e dos efeitos das alterações climáticas e por uma maior consciência do valor do ambiente numa perspetiva de durabilidade; de que para uma boa gestão do território é necessário desenvolver e implementar mecanismos mais eficazes que garantem o cumprimento efetivo das disposições legais de todos os sectores com impacto no território, materializar efetivamente os planos e as políticas públicas, fazer o acompanhamento, avaliação e monitorização da ocupação do território, e acima de tudo ter uma definição clara das funções das instituições e atores que atuam direta ou indiretamente no território.

O MPD assume promover o dever de ordenar e planear em respeito mútuo pela autonomia dos órgãos do Estado e dos Municípios, o dever de colaboração entre estes na adoção de um sistema nacional de gestão de território com vista a um território ordenado, no centro das decisões, em que todos os atores que intervêm na sua transformação direta ou indiretamente, conheçam as suas potencialidades, riscos e debilidades e comprometam-se com a implementação das políticas e práticas definidas, para a salvaguarda e a

conservação dos recursos endógenos, garantindo um desenvolvimento harmonioso e sustentável de Cabo Verde e o bem-estar das pessoas.

O MPD assume implementar a Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo para alcançar metas como: fortalecimento da competência institucional dos órgãos públicos por meio de transferência de quadros, reformulação de programas nacionais e capacitação técnica; consolidação de mecanismos e plataformas de participação na elaboração e implementação de planos urbanísticos; apoio ao desenvolvimento territorial a nível regional e nacional destacando o potencial de cada cidade cabo-verdiana; valorização do território, com a promoção das Tecnologias de Sistema de Informação Geográfica, do Cadastro Predial, da Cartografia, da Geodesia e da toponímia, com vista a prestar um serviço público moderno, atual, inclusivo e acessível para todos; reforço das finanças municipais para promover o financiamento da urbanização e prosperidade das cidades; promoção da sustentabilidade e resiliência territorial e urbana;

Para tanto o governo do MPD priorizará no horizonte 2026: a elaboração e implementação do Plano Nacional de ordenamento do território; a elaboração de novos e revisão de todos os Instrumentos de Gestão Territorial existentes por forma a adapta-los às novas orientações políticas do ordenamento do território e das estratégias de desenvolvimento sustentável; assegurar a harmonia de todo o quadro jurídico e regulamentar relativo ao ordenamento do território e urbanismo; promover efetivamente a descentralização, reorganização e transparência da Administração Territorial e Urbana; reforçar e consolidar o arranjo Institucional do Ordenamento do território e do urbanismo com claras divisões de funções e dotar o INGT de capacidade técnica e financeira para sua afirmação efetiva e definitiva nas questões do ordenamento do território e urbanismo; consciencializar os cidadãos e toda sociedade civil, para os direitos e deveres em relação ao território e para a necessidade de cada um contribuir para o reforço da qualidade do ambiente urbano e rural; definir um novo modelo de planeamento territorial e do espaço marítimo flexível e adaptado à nossa realidade arquipelágica; assegurar em todo o território nacional a operacionalização do cadastro predial, a atualização da cartografia e da toponímia, a modernização da rede geodésica, altimétrica e da Infraestrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDE-CV); o mapeamento de risco nas cidades e espacializar as ações da ENRRD ao nível das cidades e promover e incentivar a sua inclusão nos Planos municipais urbanísticos.

4.7.2. Promover o planeamento do desenvolvimento dos sistemas urbanos e a gestão das cidades

Para o Movimento para a Democracia o compromisso pelo turismo sustentável, pelo desenvolvimento local e regional e pela convergência de todos os Municípios e ilhas requer o planeamento do desenvolvimento dos sistemas urbanos e um programa nacional de reabilitação e requalificação urbana e gestão das cidades. A requalificação urbana é indubitavelmente um dos ganhos mais importantes da IX^a Legislatura e assim o Movimento para a Democracia regozija-se pelo desempenho do Programa de Reabilitação Requalificação e Acessibilidades. Contudo, o essencial da área edificada das Vilas e Cidades de Cabo Verde está ainda por reabilitar e requalificar, inclusive, com redes sanitárias, drenagem e valorização de águas pluviais e iluminação.

Ciente de que quase todos os Municípios dispõem de Plano Diretor Municipal que estabelece os sistemas urbanos, o Movimento para a Democracia promoverá as condições para o planeamento do desenvolvimento dos sistemas urbanos de todos os Municípios,

projetando as funções urbanas de cada Concelho e mesmo a nível de cada ilha, redistribuindo as mesmas pelas Cidades e vilas por forma a contribuir para a valorização do potencial económico de todo o sistema urbano de cada Concelho e de cada ilha e o desenvolvimento equilibrado.

O Movimento para a Democracia promoverá as condições para que, com base nos planos de desenvolvimento dos sistemas urbanos, sejam elaborados planos de infraestruturação de novas centralidades urbanas e de reabilitação e requalificação urbana e todas as vilas e Cidades de Cabo Verde a serem executados no âmbito do programa de infraestruturação. Promoverá ainda condições para o reforço de capacidades dos Municípios para garantir a gestão sustentável das Cidades, com especial atenção à elaboração e implementação dos planos de salvaguarda dos centros e sítios históricos.

4.7.3. Garantir a infraestruturação para o desenvolvimento sustentável

O Movimento para a Democracia está ciente de que o desenvolvimento sustentável requer continuar a infraestruturação económica e social em especial a reabilitação e a requalificação urbanas, no domínio da água e saneamento, das infraestruturas de produção de energias renováveis, da infraestruturação portuária para a conectividade interna, para viabilizar a plataforma marítima, da economia digital, para fazer de Cabo Verde um hub regional de telecomunicações, para o desenvolvimento industrial, mas também para o desenvolvimento sanitário, e em suma para acelerar o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

O Movimento para a Democracia ambiciona promover um amplo programa de infraestruturação a realizar durante o próximo ciclo.

No domínio da economia azul, a infraestruturação para o desenvolvimento da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente, a conclusão dos portos do Maio e da Palmeira, a 2ª fase do porto do Porto Novo, o porto de águas profundas de Santa Cruz, os portos de cabotagem da Ribeira da Barca e dos Mosteiros, a Marina do Tarrafal, os portos de apoio à pesca designadamente em Rincão, Pedra Badejo e Tarrafal e a construção de Unidades de Agregação de Valor ao pescado em designadamente em Rincão-Santa Catarina, Santa Cruz, Tarrafal e São Miguel e a recuperação de praias degradadas como as de Águas Belas, Djangago, Rincão e Colunato.

No domínio rodoviário o programa compreenderá o fecho do anel rodoviário do Fogo, da Marginal Oriental de Santiago com a asfaltagem da Estrada Calheta – Tarrafal, da Marginal Ocidental com a asfaltagem da Estrada Fundura – Ribeira da Barca, a construção da estrada Ribeira da Barca-Rincão e da estrada João Bernardo -Santa Catarina a Gouveia-Ribeira Grande de Santiago, a conclusão da estrada nacional Ululu – Pingo Chuva-Arribada, bem como das estradas Achada Grande Paha Carga-Entre-Picos de Reda, Cruz de Picos-Boaentrada-Pau Verde- Entre-Picos de Boa Entrada, da estrada da Ribeira dos Picos, bem como das estradas de penetração e municipais.

No domínio das acessibilidades o Movimento para a Democracia promoverá ainda parcerias público-privadas para o desenvolvimento de uma rede de teleféricos nas ilhas montanhosas como Santo Antão, Santiago e Fogo, designadamente para transporte turístico.

O programa de infraestruturação para o desenvolvimento compreenderá a infraestruturação das zonas económicas especiais criadas, das zonas industriais com potencial

ou mesmo projetos de industrialização e das ZDTI com potencial de investimento turístico. Compreenderá em especial um programa de reabilitação e requalificação urbanas de todas as vilas e cidades de Cabo Verde incluindo redes sanitárias, ETAR, drenagem das águas pluviais e iluminação pública, espaços públicos e mobiliário urbano, bem como terminais rodoviários.

Ciente dos desafios emergentes no domínio da habitação, o programa de infraestruturação promoverá parcerias entre o Estado e os Municípios para a elaboração e implementação dos planos urbanísticos detalhados, a urbanização das novas áreas habitacionais e o desenvolvimento da habitação social para as famílias pobres, no quadro da Nova Política de Habitação, do Plano Nacional de Habitação e dos Planos Municipais de Habitação.

O programa de infraestruturação para o desenvolvimento abrangerá a área da saúde e em especial a construção do Novo Hospital de Cabo Verde na Cidade da Praia, dos Centros de Saúde da Ribeira das Patas em Porto Novo, de Achada Monte em S. Miguel, de Palmeiras na ilha do Sal, de uma nova rede de centros de saúde urbanos no Mindelo, bem como a remodelação e ampliação do Banco de Urgência do Hospital Regional João Morais em Santo Antão, a reabilitação dos Postos sanitários e Unidades Sanitárias de Base, a construção da sede do Instituto Nacional de Saúde Pública e de um novo depósito regional de medicamentos em Mindelo.

Abrangerá a área do desporto com a construção do Estádio Regional de Futebol de Santiago Norte, a parceria com as Câmaras Municipais para que todos os Municípios tenham estádios municipais relvados e exista pelo menos um pavilhão desportivo por região desportiva.

Compreenderá no domínio da educação, a conclusão da reabilitação da rede escolar e no domínio da cultura, a construção do Museu Nacional de História - Amílcar Cabral.

O Movimento para a Democracia promoverá, no âmbito do programa de infraestruturação, investimentos no domínio da água e saneamento, em linha com o PLENAS e o Penger e em especial, a implementação do Projeto de Sistema de Abastecimento de Água de Santiago – Projeto JICA, a qualificação do Aterro Sanitário de Santiago para um centro de serviços, no encerramento das lixeiras municipais de Santiago, Santo Antão, Fogo, Brava, Maio, São Vicente e Boa Vista e na qualificação dos aterros controlados de São Vicente, Fogo e Santo Antão. Abrange o investimento em projetos estruturantes de abastecimento de água no consumo doméstico, seja de dessalinização de água do mar, de saneamento das águas residuais, de drenagem das águas pluviais e correção torrencial, de tratamento das águas residuais e seu uso na agricultura e de dessalinização de água salobra e do mar na agricultura irrigada, com total assunção, pelo Estado, dos custos iniciais de investimentos no capital.

O Movimento para a Democracia ambiciona realizar investimentos nas infraestruturas para o desenvolvimento da economia digital designadamente para a transformação digital da administração pública central e local, fazer da internet um bem essencial, assegurar a soberania tecnológica, tornar Cabo Verde num hub regional das telecomunicações e um centro regional da inovação, do empreendedorismo e da excelência e um mercado regional de referência da economia digital.

O Movimento para a Democracia ambiciona realizar investimentos nas infraestruturas para viabilizar o Centro de Ciência e Tecnologia de Santiago Norte, o Centro de Formação

e Investigação do Fogo, na expansão do Centro de Formação Profissional do Fogo para acolher incubação de empresas e serviços de promoção do empreendedorismo.

Ambiciona finalmente no âmbito do mesmo programa, promover investimentos e inclusive parcerias público-privadas para acelerar a transição energética bem como no desenvolvimento da logística de agregação de valor aos produtos da agricultura e pecuária.

O Movimento para a Democracia assume modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

O Movimento para a Democracia ambiciona desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e robusta, priorizará a audição e discussão pública de todas as obras públicas, mas privilegiará sempre que possível a modalidade de parceria público-privada para o financiamento das grandes obras quanto para a promoção do sector nacional da construção civil pelo impacto que tem no emprego, assim, como a competitividade e internacionalização destas.

4.7.4. Uma nova política da habitação

O MPD está ciente dos enormes desafios que Cabo Verde enfrenta no setor de habitação, dentre os quais destacam-se, notadamente: a crescente pressão demográfica e a formação de novos agregados familiares nos principais centros urbanos e turísticos do país, demandando cada vez mais pela construção de novas habitações; a grande carência de qualidade do atual parque habitacional, sobretudo nas cidades e vilas, apelando por uma forte necessidade de intervenção a nível da requalificação e reabilitação do habitat existente; a disponibilidade de solo urbanizado, exigindo a infraestruturação de vastas áreas de terrenos para a habitação, dotando-as de espaços e equipamentos públicos adequados; a riqueza e a qualidade dos instrumentos utilizados a nível da gestão do território, mormente no que concerne à preparação e implementação dos planos urbanísticos; a estabilidade e o amadurecimento do quadro legal e institucional de apoio ao desenvolvimento do setor habitacional, requerendo a implementação de um conjunto de ações estratégicas para o seu fortalecimento e a sua consolidação; e por fim, as dificuldades económicas e financeiras que a grande maioria das famílias cabo-verdianas enfrenta, em especial no que tange ao acesso ao mercado de crédito para o financiamento de uma moradia condigna, considerando a atual realidade para os custos de construção.

O MPD assume enquanto compromisso a imposição constitucional do direito dos cidadãos à habitação condigna e corrobora com a necessidade que pela mesma é enunciada de serem criadas as condições económicas, jurídicas institucionais e infraestruturais propícias, para o acesso massificado da população à uma moradia adequada, fomentando no processo a participação da iniciativa privada. É missão declarada para o setor de habitação, garantir aos cabo-verdianos o acesso à habitação condigna e a preço acessível, às infraestruturas e serviços básicos, e urbanizar os assentamentos informais, estando o MPD a trabalhar fortemente para que se torne realidade a visão de um Cabo Verde reconhecido regional e internacionalmente por ter desenvolvido um quadro habitacional inclusivo, resiliente, eficiente e sustentável, capaz de assegurar na íntegra o cumprimento do direito a uma habitação condigna e de contribuir para o crescimento socioeconómico do país de forma sustentável.

O MPD assume promover políticas para atingir metas importantes no horizonte 2026, a nível da edificação de novos bairros com suas habitações condignas,

espaços e equipamentos públicos, da requalificação e reabilitação do *habitat* existente, da promoção dos instrumentos de gestão e desenvolvimento urbano e também da normalização do quadro jurídico-institucional de suporte ao desenvolvimento do setor habitacional. Com o objetivo de acabar com as carências habitacionais em Cabo Verde, de dotar as áreas habitacionais de infraestruturas urbanas e equipamentos básicos de utilização coletiva, de melhorar a organização espacial dos assentamentos humanos e a qualidade de vida da população residente em cidades e vilas e de outrossim adequar e estabilizar o quadro legal e institucional de suporte ao desenvolvimento do setor de habitação em Cabo Verde, são metas importantes estabelecidas para a próxima governação, entre outras: a redução pela metade do défice habitacional quantitativo e qualitativo; a elaboração, revisão e implementação dos planos urbanísticos previstos; e a consolidação do quadro jurídico-institucional do setor de habitação a vigorar no médio e longo prazo.

Para tanto, o Governo do MPD priorizará a implementação de programas nacionais de ação no setor de habitação nas vertentes de construção de habitações sociais, urbanização de áreas habitacionais, regeneração do *habitat*, elaboração e implementação de planos municipais de ordenamento do território e fortalecimento do quadro legal e institucional do setor habitacional. O Governo do MPD tem preparado e pronto para implementar um Plano Nacional de Habitação, que enquanto instrumento para a implementação de uma política do Estado, portanto, transversal a Governos e Legislaturas, tem seus objetivos e metas estratégicas alinhadas às agendas internacionais para o desenvolvimento sustentável e à nova Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde.

Legislação de arrendamento urbano deverá ser criada por forma a credibilizar o mercado de arrendamento de imóveis e, indiretamente, fomentar a construção civil, permitindo uma alternativa transparente e previsível de acesso habitação em paralelo com a opção de aquisição de casa.

4.8. Reformar o estado e consolidar a democracia

4.8.1. Descentralização, desenvolvimento regional e convergência

Para o Movimento para a Democracia o Municipalismo consuma a primeira grande vaga de descentralização é um dos maiores ganhos da era democrática.

Porém, o Movimento para a Democracia está ciente de que, não obstante este percurso de sucesso, somos ainda um país de profundas assimetrias regionais, ou seja, de profundas desigualdades entre as ilhas e nas ilhas, em termos de capacidade produtiva, produção, produtividade, emprego, rendimento, bem-estar e sobretudo em termos de oportunidades.

O Movimento para a Democracia está ciente de que reduzir as desigualdades e as assimetrias regionais, alcançar o desenvolvimento sustentável e equilibrado de todas as ilhas e aprofundar a descentralização são matérias de consenso a nível dos decisores políticos e constituem um compromisso internacional de Cabo Verde enquanto País signatário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que têm como um dos seus princípios basilares «*não deixar ninguém para trás*».

O Movimento para a Democracia reconhece a importância da descentralização, pelo potencial que possui para acelerar o alcance dos ODS e considera estratégico o seu reforço e aprofundamento, através do reforço e consolidação do municipalismo, da regionalização,

quanto através da descentralização para as organizações da sociedade civil e para o sector empresarial privado. Reconhece a necessidade de se reforçar a capacidade de gestão dos municípios, nomeadamente pelo reforço da intermunicipalidade, tendo em vista ganhos de escala e de eficiência.

O Movimento para a Democracia ambiciona para o próximo ciclo governativo, um País descentralizado, construindo o equilíbrio regional, com qualidade de vida e prosperidade compartilhada.

Para realizar esta ambição, o Movimento para a Democracia compromete-se a promover:

A descentralização com a criação e implementação das regiões administrativas, assim como consolidar e modernizar o Municipalismo, posicionando-o como o principal agente de promoção do desenvolvimento económico local, promover promovendo a intermunicipalidade e tornar-se no País africano mais avançado no domínio do Municipalismo e situando-se entre os 20 mais avançados do mundo.

O desenvolvimento regional visando ser em 2026, um país com um nível de governação pública regional, com órgãos eleitos e capazes de liderar o processo de desenvolvimento regional, visando a valorização do potencial económico, a diversificação e o desenvolvimento das economias de todas as ilhas, contribuindo para a redução das assimetrias regionais e a convergência.

A convergência ou seja operacionalizar a territorialização das políticas públicas e a diferenciação positiva, designadamente pela efetivação do regime das Zonas Económicas Especiais, do Projeto do Mérito Diferenciado, do Green Card e do Estatuto do investidor emigrante e promover o investimento privado, o desenvolvimento empresarial e a valorização das especificidades e potencialidades económicas, a dinamização das economias locais, a expansão das oportunidades económicas para os jovens, a redução das assimetrias regionais e a convergência de todos os Municípios e de todas as ilhas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para realizar esta ambição o Movimento para a Democracia elege como estratégico:

Fazer da redução das desigualdades e das assimetrias regionais um objetivo central na definição de qualquer política pública;

Capitalizar e consolidar os ganhos alcançados através da regionalização do PEDS, dos Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) em matéria de territorialização e integração das políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento local e regional sustentável.

Reforçar a capacidade de resiliência económica, social e ambiental de todas as ilhas e municípios, expandir e reforçar o tecido empresarial e social locais e apoiar a implementação de estratégias de Desenvolvimento Económico Local assim como a Economia Social e Solidária nos Municípios.

Elaborar e implementar uma Política Nacional para a Descentralização, Promoção e Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional enquanto instrumento de longo prazo que estabelece as orientações e as medidas de política para a descentralização, para o desenvolvimento local e regional, nas seguintes vertentes:

Implementação as Regiões Administrativas e do processo de planeamento do desenvolvimento regional; adoção de um plano de consolidação e modernização dos Municípios; adoção de programa de reforço e capacitação das OSC no desenvolvimento local; adoção de um quadro reforçado de promoção da parceria público-privada no desenvolvimento económico local e; elaborar e implementar uma matriz de convergência dos Municípios e das ilhas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4.8.2. Reformar a administração pública para o desenvolvimento sustentável

Instituições do Estado, fortes, eficientes e eficazes facilitam e impulsionam o desenvolvimento, porquanto geram confiança e aumentam a credibilidade no Estado. Assim a realização da nossa ambição pressupõe colocar a Administração Pública ao serviço do desenvolvimento sustentável

O Movimento para a Democracia propugna uma Administração Pública moderna, eficaz e eficiente e assume a adoção de desenho institucional e organizacional com estruturas mais horizontalizadas, descentralizadas, mais fluídas e tem como fundamento básico o empoderamento das pessoas e a valorização das competências organizacionais.

O Movimento para a Democracia assume para o próximo ciclo governativo, **agir sobre as dimensões organizacionais e modelos de gestão pública**, ou seja, promover:

O redimensionamento das estruturas organizacionais da Administração pública; a implementação de mecanismos de transparência, responsabilização e prestação de contas e inclusive a criação de mecanismos de partilha de informações de qualidade num espaço temporal adequado sobre a gestão pública, reforçando os controles interno e externo, indutores de eficiência e eficácia na gestão financeira.

A adoção de uma estratégia de dados abertos, ou seja, de mecanismos de partilha de dados públicos detidos pelas diferentes estruturas do Estado, em formatos abertos e fiáveis de forma a que possam ser utilizados, pelos cidadãos, docentes, investigadores e empresas para maior transparência; a implementação de mecanismos de participação e auscultação dos utentes e da sociedade civil.

A governança para resultados, através do empoderamento da estrutura central do Governo, responsável pelo Planeamento.

A melhoria da gestão das organizações, para centrar a atenção dos gestores das organizações nos cidadãos e nas empresas e a melhoria do atendimento e dos serviços.

O Movimento para a Democracia cuidará especialmente da gestão das pessoas pois reconhece que o capital humano é um dos ativos de maior relevância para as organizações, contribuindo directamente para a boa execução dos processos e o alcance dos resultados pretendidos.

Assim assume a imperatividade da profissionalização da Administração Pública com um corpo de colaboradores, adequado aos novos desafios, comprometidos e capazes de agir dentro das regras e dos procedimentos estabelecidos.

A implementação de um sistema de gestão previsional dos recursos humanos na Administração Pública.

O reforço dos sistemas de recrutamento e seleção na Administração Pública, ou seja, dotar-se de um sistema de recrutamento, sustentado na meritocracia.

A criação e implementação de um sistema estruturado de carreiras e remuneração ou seja de forma justa equilibrada em que a remuneração corresponde ao nível de responsabilidade, e de complexidade de cada função.

A capacitação e qualificação constante dos colaboradores públicos iinstituindo-se um sistema nacional de capacitação contínua, consistente e permanente dos colaboradores públicos,

Um sistema nacional de gestão de desempenho dos colaboradores públicos que propicie uma melhoria fundamentada e sustentada da sua contribuição na realização e alcance das metas e objetivos organizacionais.

O Movimento para a Democracia promoverá as condições para a **simplificação e desmaterialização dos processos e procedimentos administrativos**, ou seja, a simplificação e reengenharia de processos e desmaterialização dos procedimentos administrativos para tornar a administração pública mais eficiente e transparente.

O Movimento para a Democracia priorizará a definição de uma estratégia de governação digital:

Com uma Estrutura de coordenação responsável pela definição, gestão, execução e coordenação da estratégia de governação digital; um Quadro Regulatório que discipline as iniciativas de transformação digital, de forma uniformizada, assertiva, racional e articulada.

Criando confiança e segurança digital com implementação de mecanismos que garantam uma efetiva autenticação digital do cidadão nas plataformas de serviços digitais do Estado, através do Cartão Nacional de Identificação, ou da Chave Móvel Digital.

Fomentando a utilização de certificados digitais nas transações e comunicações eletrónicas; disseminando a adoção de tecnologia digital na validação de transações e documentos eletrónicos produzidos no ambiente digital; garantir o direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais através de medidas de gestão e controlo de acesso aos dados; apetrechando a unidade de segurança cibernética de meios humanos e materiais para monitorar e mitigar ataques cibernéticos.

Promovendo a partilha de recursos tecnológicos, a integração/interoperabilidade, a prestação de serviços públicos prioritariamente pela via digital.

Potenciando a parceria com o Setor Privado, ou seja ou seja, priorizar, fomentar e incentivar a transformação digital do setor público por via da participação ativa do sector privado.

Promovendo a Literacia Digital, ou seja, programas de capacitação contínua dos funcionários e colaboradores públicos, nas novas tecnologias.

O Movimento para a Democracia promoverá a aproximação da Administração Pública aos cidadãos e às empresas, por via da **descentralização e da desconcentração** enquanto estratégias de mitigação da insularidade.

O MPD promoverá as condições para a descentralização e desconcentração administrativa para fortalecer a representatividade dos serviços da Administração Pública central, nas ilhas, e facilitar o acesso aos habitantes, e por consequência uma maior eficiência e maior democraticidade, da administração pública pela sua proximidade em relação aos problemas concretos a resolver; a facilitação da participação dos interessados na gestão da administração; a limitação do poder público através da sua repartição por uma

multiplicidade de pessoas coletivas; por via da desconcentração pretende-se atribuir maior autonomia aos órgãos decisores.

4.8.3. Novo paradigma da diplomacia e mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável

A diplomacia cabo-verdiana tem desempenhado, desde a independência, um papel preponderante na mobilização de recursos e no processo de desenvolvimento do país. Esteve sempre adequada às condições nacionais e internacionais e à altura dos objetivos e necessidades traçados pelos sucessivos governos.

A conjuntura atual, condicionada, por um lado, pelas mudanças geopolíticas e, por outro, pelas mudanças climáticas e a pandemia COVID-19, impõe uma diplomacia que se adapte ao novo normal e aos novos contextos.

Ciente deste contexto adverso, o MPD defende uma diplomacia virada para a criação de parcerias e mobilização de recursos, tendo em vista a consolidação de um novo paradigma assente em princípios e estratégias, que permitam ao país continuar na senda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Para tanto, o MpD propõe conceber novos mecanismos e ferramentas de financiamento externo para melhor responder a esses desafios, garantindo assim, a sustentabilidade financeira, ambiental e a estabilidade macroeconómica do país. Assim, o MPD assume promover políticas para, nomeadamente:

- Consolidar a posição de Cabo Verde no Atlântico Médio, na promoção e manutenção da paz e segurança regionais e internacionais, da democracia e direitos humanos;
- Promover Cabo Verde como plataforma de circulação e de prestação de serviços de alto valor acrescentado e de atração de investimentos;
- Reforçar as relações com os parceiros tradicionais e incentivar novas parcerias económicas;
- Assumir compromissos internacionais para a promoção da economia nacional e financiamento do desenvolvimento sustentável, nomeadamente, no quadro dos SIDS, incluindo a problemática do alívio da dívida externa.

O MPD priorizará, ainda, para a próxima legislatura, 2021-2026:

- Uma diplomacia política, que promova a visibilidade e incremente a participação de Cabo Verde no concerto das Nações;
- Uma diplomacia económica que favoreça o investimento privado estrangeiro;
- Uma diplomacia securitária, que assegure a estabilidade de Cabo Verde no contexto mundial, regional e local;
- Uma diplomacia cultural, que projete, com maior vigor, a imagem do país além-fronteiras;
- Uma diplomacia mais dedicada às Comunidades cabo-verdianas emigradas.

4.8.4. Diáspora e desenvolvimento sustentável

A Diáspora cabo-verdiana sempre esteve no centro das políticas do MPD, que a motivou a participar massivamente nas primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde

que sufragou o Estado de Direito Democrático ocorrido em 1991, o que permitiu a que ela tivesse voz na casa parlamentar.

O MpD ciente da condução de uma diplomacia virada para a diáspora, que se quer engajada com o processo de desenvolvimento sustentável do país. Uma diáspora impulsionadora das relações de amizade e da promoção de parcerias económicas e culturais entre Cabo Verde e o país que a acolhe. O MpD assume melhorar as condições de vida das comunidades cabo-verdianas mais vulneráveis no exterior, mormente, em São Tomé Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Assim, aposta nos mecanismos de cooperação Sul-Sul e triangular com o objetivo de mobilizar financiamentos para a criação de pequenas e médias empresas, que garantam emprego e sustento às famílias mais vulneráveis na comunidade. O MpD compromete-se a criar parcerias, com países e organizações internacionais visando uma boa integração da nossa comunidade nos países de acolhimento e uma melhor cumplicidade com o país de origem.

O MpD aposta, ademais, na promoção de desportistas, artistas, académicos, empresários e agentes culturais na diáspora, tendo em vista a criação de centros de alto rendimento, academias e centros de negócios e, também, convidá-los para embaixadores de boa vontade e missões especiais.

O MpD assume uma diáspora parceira do Governo na condução de políticas que promovam o país no exterior e ao mesmo tempo o ajude a alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusive. Para tanto, o partido propõe, no horizonte 2021-2026, um conjunto de iniciativas e ações concretas, nomeadamente:

1. Criação de um Mecanismo de Coordenação Interministerial de acompanhamento e implantação políticas e medidas direcionadas para a diáspora com o objetivo de:
(i) Operacionalização do Conselho de Comunidades como mecanismo de consulta para as políticas destinadas à diáspora; (ii) Operacionalização do Observatório das Migrações com vista ao acompanhamento das tendências da emigração cabo-verdiana, a sua relação com o país de origem, a forma como se comporta no país de acolhimento; (iii) Elaborar o livro branco que exponencie as relações da diáspora com o desenvolvimento do país de origem e uma melhor integração no País de acolhimento.
2. Criação de condições para incentivos aos investimentos da diáspora, através de:
(i) Divulgação do Código de Investimento Emigrante; (ii) Fomento ao empreendedorismo emigrante; (iii) realização de conferências e seminários sobre a diáspora; (iv) criação de parcerias nacionais e estrangeiras para desenvolvimento de projetos em favor da diáspora; (v) atendimento consular virtual globalizado, levando o portal consular às comunidades que vivem em áreas mais remotas.

4.9. Transparência, boa governação e parceria para o desenvolvimento sustentável

4.9.1. Transparência e boa governação

Cabo Verde lidera em África, o essencial dos rankings de desenvolvimento humano, transparência, liberdades e boa governança e estamos cientes de que a credibilidade externa é um dos maiores ativos do País e é sobretudo o resultado do percurso democrático, da transparência e da boa governação.

O Movimento para a Democracia renova o compromisso com a democracia, a transparência e a boa governação e promoverá a consolidação da democracia cabo-verdiana com a criação das regiões administrativas que em si reforça a partilha de poder e por esta via a responsabilização dos agentes políticos, a participação dos órgãos de poder local e regional na priorização das despesas públicas e na garantia da sua correspondência com as prioridades locais, no controle de execução e na aferição do impacto, ou seja, aumenta a eficiência do Estado.

Para favorecer a transparência e a governança o Movimento Para Democracia promoverá condições para acelerar a transformação digital da administração pública central e local para acelerar a transparência e o controle da acção pública e em geral para a digitalização da economia cabo-verdiana; .

O Movimento para a Democracia promoverá as condições para que:

- Até 2026 Cabo Verde continue a melhorar o seu posicionamento em matéria de democracia, de liberdade, de transparência e de boa governação e, em especial integre o grupo dos 15 países do mundo com melhor posição em matéria de baixa percepção da corrupção e o grupo dos 20 mais avançados em matéria de qualidade e transparência das despesas públicas.
- Os Atores Estatais do Sistema de Gestão das Finanças Públicas, assumam a responsabilidade maior com a gestão para os resultados e a transparência; para o aprimoramento do Orçamento-programa e da gestão orçamental por resultados para vincar a responsabilização e facilitar o monitoramento e avaliação e o controle social.
- As Instituições Superiores de Controlo aprimorem o exercício do controlo técnico e jurisdicional das contas públicas com enfoque na avaliação dos esforços nacionais para o desenvolvimento sustentável.
- O Ministério das Finanças reforce o seu papel como centro do governo e líder do Sistema Nacional de Planeamento com ênfase no monitoramento e avaliação e por esta via garantir a efectividade do controle social e político e a realização progressiva do desenvolvimento sustentável.
- O funcionamento em pleno do Conselho das Finanças Públicas e assim o reforço dos mecanismos de garantia da consistência e do cumprimento e sustentabilidade da política orçamental. O reforço dos mecanismos de prevenção da corrupção com o funcionamento em pleno do Conselho de Prevenção contra a Corrupção, com a competência de investigar os casos que possam configurar corrupção. Promoverá ainda o reforço contínuo da regulação das aquisições públicas.
- O Movimento para a Democracia promoverá uma democracia mais participativa, visando a proteção e promoção dos direitos dos cidadãos e o aprimoramento permanente do Estado de Direito Democrático com o reforço da função legislativa e fiscalizadora mas também da proximidade, a modernização progressiva das instituições democráticas, a consolidação da independência e do pluralismo da comunicação social, a promoção de políticas e espaços de debates, assegurando uma participação inclusiva e representativa nos processos de decisão a todos os níveis e em particular dos jovens e mulheres. Priorizará a modernização e o reforço da credibilidade do sistema eleitoral, e a realização de eleições livres e transparentes, como elevado nível de participação.

4.9.2. Parceria para o desenvolvimento sustentável

O Movimento para a Democracia está ciente de que o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde engaja o Governo e os outros Órgãos de Soberania, o sector privado, os parceiros internacionais, a diáspora, a academia, mas também em primeira mão as Organizações da Sociedade Civil e socioprofissionais.

O Movimento para a Democracia elege a parceria como elemento determinante do contexto para impulsionar mudanças e acelerar o progresso. Assim, elege a colaboração entre os Órgãos de Soberania, a parceria entre o Governo, os Municípios, o Sector Privado, as confissões religiosas, a diáspora, a academia, as Organizações da Sociedade Civil e socioprofissionais e os parceiros internacionais como mecanismo essencial para a viabilização de projetos transformadores e em suma para o desenvolvimento sustentável.

No decurso do próximo ciclo governativo, promoverá condições para fazer das parcerias público-privadas o mecanismo essencial para a viabilização de projetos transformadores como os da Economia azul em especial da ZEEMSV e outras zonas económicas especiais, da economia digital e da Plataforma Internacional de saúde.

Promoverá as condições para a parceria entre o Estado, as ONG, o Sector privado, a diáspora, academia e os parceiros internacionais de desenvolvimento para a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do PEDS 2022-2026; o desenvolvimento do capital humano; a implementação e efetivação do Mecanismo de Coordenação da Implementação do desenvolvimento sustentável; para uma justiça célere e eficaz que assegure a paz social, a igualdade de género, o ordenamento e gestão sustentável do território, incluindo o marítimo, a investigação e inovação, a garantia da segurança e paz social, o reforço da transparência, a prevenção e o combate à corrupção, a consolidação das instituições democráticas, o reforço do Estado de Direito Democrático, a aceleração das reformas da Administração Pública, a reforma do Sistema Financeiro, a reforma fiscal, o aprofundamento da reforma dos transportes, a implementação da estratégia de desenvolvimento sanitário, a aceleração da conectividade digital, a transformação digital dos setores público e privado e criação e implementação do Quadro de Financiamento Nacional Integrado (INFF); a sustentabilidade da economia azul, a proteção e conservação da biodiversidade marinha, a transição energética, a mobilidade elétrica, a redução das desigualdades e em especial das assimetrias regionais e a convergência, a aplicação do código laboral, a governança do Observatório do Mercado de Trabalho, a extensão da cobertura da proteção social obrigatória, o reforço do diálogo social e em suma a implementação da agenda do trabalho digno.

Cidade da Praia, 30 março de 2021



MpD